

## ENTREVISTA



Guilherme Augusto Caputo Bastos, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), aponta a livre negociação como a grande solução para o Direito do Trabalho e defende a aprovação do projeto que regula a terceirização e a contratação de serviços especializados pelas empresas

## SESI GOIÁS

COMO REAPROVEITAR RESÍDUOS E GERAR RECEITAS COM USO DA ROBOTICA

## SENAI GOIÁS

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INDÚSTRIA MAIS COMPETITIVA

ANO 64 / Nº 268 / FEVEREIRO 2016

# Goiás Industrial



REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

## A longa ESPERA

**AUTORIZADA POR LEI EM 2001, A PLATAFORMA LOGÍSTICA MULTIMODAL DE GOIÁS AINDA ESTÁ EM FASE DE PROJETO E ENFRENTA AGORA MAIS UMA REVISÃO ENTRE MUITAS JÁ REALIZADAS**

**MOVIMENTO BRASIL CENTRAL**

**CONSÓRCIO DOS GOVERNOS DA REGIÃO SELECIONA PROJETOS PARA SAIR DA CRISE**



# ALI

AGENTES LOCAIS DE INOVAÇÃO

## FAÇA SUA EMPRESA IR MAIS LONGE.

Empresas que inovam são mais competitivas.



QUANDO SE FALA EM INOVAÇÃO, MUITOS EMPRESÁRIOS LOGO PENSAM EM MUDANÇAS ALTAMENTE TECNOLÓGICAS E CUSTOS ELEVADOS. INOVAR É ALGO SIMPLES E PODE ESTAR PRESENTE NO DIA A DIA DA SUA EMPRESA.

**O Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) disponibiliza acompanhamento para o desenvolvimento de pequenas empresas do Estado.**

### COMO FUNCIONA?

Ao aderir ao projeto, a empresa recebe a visita do ALI para um diagnóstico completo do estágio da inovação e das oportunidades de melhoria a serem exploradas, para ampliar a sua competitividade.

A partir desse diagnóstico, o agente vai propor a construção de um plano para inserir soluções inovadoras no ambiente da empresa. Depois de definido, esse plano será implementado sob a responsabilidade da empresa e com o acompanhamento/orientação do agente.

O acompanhamento pode ser feito por até dois anos, e você não paga nada por isso. Por fim, é você quem diz se quer transformar a sua empresa.

### QUEM PODE PARTICIPAR?

O Programa atende as empresas de pequeno porte (EPP), cujo faturamento anual é de R\$360.000,00 a R\$ 3.600.000,00, nos setores da Indústria, Comércio ou Serviços.

### VANTAGENS DA INOVAÇÃO

- Você pode inovar em produtos, processos, marketing e estrutura organizacional;
- Sua empresa fica mais competitiva;
- Sua empresa se destaca da concorrência;
- Com inovação, surgem novas oportunidades de negócio;
- Crescimento e fortalecimento da sua empresa.

## VAGAS LIMITADAS!

## BENEFÍCIOS PARA SUA EMPRESA

- Implantação da cultura da inovação;
- Acesso às melhores soluções e informações do mercado;
- Aumento de rentabilidade e competitividade;
- Acompanhamento gratuito por até 2 anos;
- Resultados mensuráveis.





# A força do fórum Brasil Central

**C**riado em julho do ano passado, o Fórum dos Governadores do Brasil Central desenvolve desde então intensa mobilização e já merece ser saudado como boa e oportuna ideia, pela perspectiva alvissareira criada no sentido de promover o desenvolvimento socioeconômico e melhorar o ambiente de negócios. A mais recente agenda, em março, trouxe integrantes do movimento a Goiânia.

Pauta desta edição de **Goiás Industrial** – veja matéria nas páginas 33 a 35 –, o bloco reúne os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal, Tocantins e de Rondônia. O desafio é elevar a competitividade e fortalecer o desenvolvimento econômico da Região Central do País, ao colocar na pauta de discussão questões de logística, produção e infraestrutura dos Estados, em busca de soluções para gargalos históricos.

Não poderia ter vindo em melhor hora a criação desse fórum, inspirada em sugestão do ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger. O momento de dificuldades por que passa o País requer ação, desprendimento de todos – poder público, iniciativa privada e população.

Presidido pelo governador Marconi Perillo, o bloco tem como missão promover a integração dos Estados, o que resultará em maior força reivindicatória para viabilizar investimentos conjuntos. Uma das estratégicas, segundo o próprio governador, é dar força e rumo à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Em suas palavras, a Sudeco, revitalizada, terá condições de enfrentar as grandes desigualdades que persistem dentro de nossa região, de nossos Estados e do Distrito Federal.

**“O desafio é elevar a competitividade e fortalecer o desenvolvimento econômico da Região Central do País, ao colocar na pauta de discussão questões de logística, produção e infraestrutura dos Estados, em busca de soluções para gargalos históricos.”**

**PEDRO ALVES DE OLIVEIRA**, presidente da Fieg e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás

A expectativa é grande e a mobilização, guardadas as proporções e saudosismo à parte, nos remete às circunstâncias curiosas da mudança da capital do País do Rio de Janeiro para Brasília pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 1960.

Não por acaso ficou marcado na história fato singular sobre a promessa que o então candidato à Presidência da República, no início de campanha, fizera de transferir a capital para Centro-Oeste, durante comício em Jataí. Na cidade goiana do Sudoeste, Juscelino, interpelado ao pé do palanque sobre a possibilidade da mudança por um eleitor, de pronto, disse sim à reivindicação e, pouco tempo depois, em Anápolis, assinou mensagem ao Congresso propondo a transferência. O eleitor, Antônio Soares Neto, mais tarde ficaria famoso e conhecido como Toniquinho JK. ■



## SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias  
do Estado de Goiás

**Presidente:** Pedro Alves de Oliveira

## FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

**Presidente:** Wilson de Oliveira

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro  
Jundiaí, CEP 75113-630, Anápolis-GO  
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565  
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

## SESI

Serviço Social da Indústria

**Diretor Regional:** Pedro Alves de Oliveira

**Superintendente:** Paulo Vargas

## SENAI

Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial

**Diretor Regional:** Paulo Vargas

## IEL

Instituto Euvaldo Lodi

**Diretor:** Hélio Naves

**Superintendente:** Humberto Oliveira

## ICQ BRASIL

Instituto de Certificação

Qualidade Brasil

**Diretor:** Carlos Alberto de Paula Moura Jr.

**Superintendente:** Dayana  
Costa Freitas Brito

## DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

**Presidente:** Pedro Alves de Oliveira

**1º Vice-presidente:** Wilson de Oliveira

**2º Vice-presidente:**

Antônio de Sousa Almeida

**3º Vice-presidente:**

Gilberto Martins da Costa

**1º Diretor Secretário:**

Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

**2º Diretor Secretário:** Heribaldo Egídio

**1º Diretor Financeiro:**

André Luiz Baptista Lins Rocha

**2º Diretor Financeiro:** Hélio Naves

## Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel

Otávio Lage de Siqueira Filho

José Nivaldo de Oliveira

Jaime Canedo

Pedro Silvério Pereira

Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

João Essado

Elvis Roberson Pinto

Silvio Inácio da Silva

Eliton Rodrigues Fernandes

Olympio José Abrão

Carlos Roberto Viana

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Ledra

José Antônio Vitti

José Luiz Martin Abuli

Wellington Soares Carrijo

Álvaro Otávio Dantas Maia

Jair Rizzi

Robson Peixoto Braga

Edilson Borges de Souza

José Divino Arruda

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Eduardo Cunha Zuppani

Mário Renato Guimarães de Azeredo

Emílio Carlos Bittar

Antônio Benedito dos Santos

Leopoldo Moreira Neto

## Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

Orizomar Araújo Siqueira

## Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira

Paulo Afonso Ferreira

## Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Ailton Aires Mesquita

Alexandre Araújo Moura

Alexandre Baldy de Sant'anna Braga

Álvaro Otávio Dantas Maia

Antônio Alves de Deus

Antônio Benedito dos Santos

Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto Viana

Célio Eustáquio de Moura

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Cunha Zuppani

Eduardo José de Farias

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Enoque Pimentel do Nascimento

Emílio Carlos Bittar

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Flávio Santana Rassi

Gilberto Martins da Costa

Hélio Naves

Heitor de Oliveira Nato Neto

Heribaldo Egídio

Ian Moreira Silva

Jaime Canedo

Jair Rizzi

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

Joana D'Arc da Silva

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

José Alves Pereira

José Antônio Vitti

José Divino Arruda

José Luiz Martin Abuli

José Magno Pato

José Romualdo Maranhão

Laerte Simão

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Antônio Gonçalves Fidelis

Luiz Antônio Vessani

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Rézio

Marley Antônio Rocha

Olavo Martins Barros

Olympio José Abrão

Orizomar Araújo de Siqueira

Otávio Lage de Siqueira Filho

Paulo Lobo de Araújo Júnior

Paulo Sérgio de Carvalho Castro

Pedro Alves de Oliveira

Pedro de Souza Cunha Júnior

Plínio Boechat Lopes

Roberto Elias de Lima Fernandes

Robson Peixoto Braga

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Silvio Inácio da Silva

Ubiratan da Silva Lopes

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wilson de Oliveira

## CONSELHOS TEMÁTICOS

**Conselho Temático de Desenvolvimento  
Tecnológico e Inovação**

**Presidente:** Heribaldo Egídio

**Conselho Temático de Meio Ambiente**

**Presidente:** Pedro Silvério Pereira

**Conselho Temático de Infraestrutura**

**Presidente:** Célio Eustáquio de Moura

**Conselho Temático de**

**Relações do Trabalho**

**Presidente:** Olympio José Abrão

**Conselho Temático de Micro**

**e Pequena Empresa**

**Presidente:** Jaime Canedo

**Conselho Temático de**

**Responsabilidade Social**

**Presidente:**

Antônio de Sousa Almeida

**Conselho Temático de Agronegócios**

**Presidente:**

Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

**Conselho Temático de Comércio**

**Exterior e Negócios Internacionais**

**Presidente:** Emílio Bittar

**Conselho Temático Fieg Jovem**

**Presidente:** Leandro Almeida

**Conselho Temático de**

**Desenvolvimento Urbano**

**Presidente:** Ilézio Inácio Ferreira

**Câmara Setorial de Mineração**

**Presidente:** Wilson Borges

**Câmara Setorial da Indústria**

**da Construção**

**Presidente:** Sarkis Nabi Curi

## EXPEDIENTE

**Goiás Industrial**  
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS  
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

### Direção

José Eduardo de Andrade Neto

### Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

### Edição

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

### Reportagem

Andelaide Lima, Célia Oliveira,  
Daniela Ribeiro, Nathalya Toalieri e

Janaina Staciari e Corrêa

### Colaboração

Wellington da Silva Vieira

### Fotografia

Alex Malheiros

### Projeto gráfico

Jorge Del Bianco

### Capa, ilustrações, diagramação e produção

Jorge Del Bianco

DC Design Gráfico e Comunicação

### Impressão

Gráfica Kelps

### Departamento Comercial

(62) 3219-1720

### Redação e correspondência

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,

Casa da Indústria - Vila Nova

CEP 74645-070 - Goiânia-GO

Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br

E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

**As opiniões contidas em artigos assinados  
são de responsabilidade de seus autores e não  
refletem necessariamente a opinião da revista**

# Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 268 / FEVEREIRO 2016



## ENTREVISTA

**08** / A livre negociação deverá representar a “salvação” para o Direito do Trabalho, segundo Guilherme Augusto Caputo Bastos, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que também defende a aprovação do projeto que regulamenta a terceirização de mão de obra pelas empresas

## IEL GOIÁS

**14** / Em mais um ciclo do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF Goiás), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e as mineradoras Anglo American, AngloGold Ashanti e Votorantim Metais capacitam outro grupo de empresas para fornecer produtos e serviços ao setor



## SENAI GOIÁS

**16** / Recém implantado, o Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Automação Industrial, em Goiânia, passa a oferecer soluções tecnológicas e inovadoras para diversos segmentos, além de serviços de alto valor agregado



# A longa ESPERA

## CAPA/ PLATAFORMA LOGÍSTICA MULTIMODAL DE GOIÁS

**26** / O governo estadual tenta implantar a Plataforma Logística Multimodal de Goiás, em Anápolis, há praticamente uma década e meia, sem muito sucesso. O projeto, que poderia funcionar como opção logística para as empresas do Estado, enfrentou uma série de revisões e continua sem um desenho final

## SESI GOIÁS

**19** / Com uso da robótica, 400 alunos das escolas do Sesi da Região Centro-Oeste e do Tocantins constroem soluções para reaproveitar materiais e insumos utilizados pelas indústrias, dando uma destinação econômica aos produtos reciclados



Rodrigo Cabral

## MOVIMENTO BRASIL CENTRAL

**35** / O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, braço executivo do Movimento Brasil Central, já tem definida uma pré-agenda de reuniões para 2016 e começa a selecionar projetos para enfrentar a crise e atrair investimentos





Marcos Vilar Boas

## Negócios de mão dupla

■ Pedro Alves e Marconi Perillo visitam parque tecnológico australiano em Sydney

Missão comercial apresenta Goiás à Oceania, que traça estratégia em busca de alternativa para diminuir dependência do mercado chinês

O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, participou, entre 10 e 20 de fevereiro, de missão comercial goiana à Oceania, liderada pelo governador Marconi Perillo. Destinada a atrair investimentos para o Estado, a viagem de negócios incluiu Austrália e Nova Zelândia, apresentando Goiás ao mais jovem dos continentes e propondo acordos bilaterais para compartilhamento de projetos e investimentos em tecnologia e modernização.

Na primeira parada, na Austrália, o grupo, integrado também pelos presidentes dos Sindicatos das Indústrias de Fabricação de Etanol e Açúcar (Sifaeg/Sifaçúcar), André Rocha e Otávio Lage de Siqueira Filho, acompanhou o lançamento da Central de Inovação de Sydney. Trata-se de um programa semelhante ao Inova Goiás, em que poder público, universidades e setor produtivo

vão desenvolver colaboração e ampliar investimentos para pesquisas e desenvolvimento de diversos setores da atividade econômica e social, sempre voltados para o pioneirismo e a competitividade.

Segundo o presidente da Fieg, missões internacionais como essa trazem resultado altamente positivo. “Goiás é um Estado riquíssimo, tem muitas oportunidades de negócios e investimentos, mas o mundo nos conhece pouco”, disse ele.

“Quando chegamos a um país diferente e mostramos as potencialidades, há uma admiração muito grande, pois trata-se de um Estado altamente promissor. E quando chegamos juntos, governo e setor produtivo, transmitimos mais credibilidade para aqueles que visitamos”, acrescentou Pedro Alves.

“Esta busca por inovação é exatamente o que nós pretendemos para Goiás. Já estamos construindo as bases do que chamamos de um novo momento competitivo de nosso Estado e agora queremos buscar a interrelação colaborativa com programas semelhantes em diversos países que investem em inovação e tecnologia”, afirmou o governador Marconi Perillo, ao conhecer a experiência australiana para modernização e

ganho de competitividade nos setores da gestão pública e da atividade produtiva. Para o governador, as empresas do futuro serão atraídas por um ambiente de inovação permanente, muito além de atrativos naturais e incentivos fiscais.

A maior expectativa da visita à Austrália, no entanto, ficou por conta do encontro da comitiva goiana com a Austrade, a comissão de comércio do governo australiano que revelou estratégia do país para diminuir sua dependência do mercado chinês: se aproximar da Alemanha, na Europa, e do Brasil, nas Américas. A Austrade já tem até brasileiros no comando de suas operações comerciais, tamanho interesse em se relacionar com o Brasil. Na melhor oportunidade para mostrar o Estado como um caminho mais rápido para se alcançar resultados, ficou acertado que um grupo de técnicos da Austrade será recebido, em Goiás, pelo governo estadual, Fieg, Faeg e Fórum Empresarial. Na negociação, deverá ser iniciado um projeto de aproximação comercial que pode transformar a Austrália em porta de entrada para os produtos goianos na Ásia, como incentivar as relações da Austrália com as Américas e África por meio do Brasil. ■

# A solução do DIREITO

“Acho que a livre negociação é a solução do Direito do Trabalho. Não tenho dúvidas disso”, afirma Guilherme Augusto Caputo Bastos, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em entrevista à **Goiás Industrial**, ele defende também o projeto que regula a terceirização e a contratação de serviços especializados pelas empresas. O ministro participou, no final do ano passado, da primeira edição do seminário Diálogo da Terceirização, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Fieg e do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo (Sindepres).

## **Goiás Industrial** - De que forma a legislação atual trata a terceirização?

**Guilherme Augusto Caputo Bastos** – Estamos tratando da contratação de empresas de prestação de serviços. Este é o grande mote que se imaginou estabelecer com o projeto denominado projeto de terceirização e que ao revés, ao meu ver, é um projeto muito mais de proteção do trabalhador que presta serviços nessas empresas. A contratação dessas empresas prestadoras de serviços já é prevista no Código Civil desde 1916, nos artigos 593 e tantos outros que cuidam disso, com todas as especificações, com todos os níveis de exigências. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), de certa forma, também cuidou desse assunto quando trouxe, em seu artigo 455, a questão da subcontratação, que é, de uma maneira, variante dessa situação de prestação de serviço. Com base na lógica jurídica, não consigo entender o porquê de tanta celeuma em relação ao projeto que cuida da terceirização, em tramitação no Congresso. A legislação autoriza a contratação de empresas para prestarem serviços. Isso está absolutamente bem delineado no Código Civil e na CLT. A Constituição Federal, que é o que dá

o balizamento definitivo para essa questão, acolhe o assunto em seu artigo 170, quando prestigia a livre iniciativa, e nos artigos primeiro e terceiro, com ênfase. E, ainda, no artigo quinto, define claramente a proteção aos direitos materiais e imateriais dos trabalhadores. Quer dizer, com todo esse arcabouço, com toda essa sorte de artigos e dispositivos de lei e da Constituição Federal, eu acho que juridicamente não há muito o que se discutir. Para onde leva nossa discussão? A discussão está em saber se há nessas contratações de pessoas que vão prestar serviços a outras empresas uma precarização das condições de trabalho e se há subtração de direitos dos trabalhadores. Aí é que eu vejo uma grande falta de transparência no debate.

## **Goiás Industrial** - A aprovação do projeto vai provocar subtração de direitos e precarização, portanto, das relações de trabalho?

**Guilherme Caputo** – A terceirização, vamos usar o nome que se deu a esse fenômeno, por si só não ‘precariza’ nem subtrai direitos, porque é um fenômeno jurídico, social, político, econômico. O que nós queremos e desejamos é a normatização ►

**“A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS JÁ É PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL DESDE 1916, NOS ARTIGOS 593 E TANTOS OUTROS QUE CUIDAM DISSO, COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES, COM TODOS OS NÍVEIS DE EXIGÊNCIAS”**



dessa situação, que é irreversível, é real, é efetiva e está ao desamparo da lei. Hoje nós temos uma realidade com a qual ninguém sabe lidar porque exatamente há um vácuo legislativo. E, com todo o respeito, com todas as vênias, eu não encontrei em nenhum dos precedentes que levaram o Tribunal Superior do Trabalho a editar a Súmula 331 – que dá hoje, à falta de uma normatização, esse balizamento na jurisprudência, quando trata de atividade meio e atividade fim –, embora tenha me dedicado a estudar o tema e a tentar compreender um pouco essa sistemática, não vi ainda uma definição ou uma conceituação que fosse para mim pelo menos satisfatória.



“COM BASE NA LÓGICA JURÍDICA, NÃO CONSIGO ENTENDER O PORQUÊ DE TANTA CELEUMA EM RELAÇÃO AO PROJETO QUE CUIDA DA TERCEIRIZAÇÃO, EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO”

**Goiás Industrial** - Que consequências esse vácuo jurídico, que o sr. cita, traz para o trabalhador que tem de enfrentar essa questão no seu dia a dia?

**Guilherme Caputo** - Nós somos formados e estamos habilitados a interpretar a norma e aplicá-la no caso concreto – esse é o nosso trabalho como juízes. As ações foram chegando ao judiciário trabalhista e nós juízes não podemos deixar de examinar essas questões e decidi-las sob o pretexto de que não há uma norma cuidando dessa matéria.

**Goiás Industrial** - O sr. acredita que não há como fazer essa distinção entre atividade meio e atividade fim?

**Guilherme Caputo** - É muito difícil definir numa empresa o que seria atividade meio e atividade fim. Como se faria essa distinção numa empresa jornalística, por exemplo? A produção de notícias seria atividade fim? Teoricamente, sim. Mas você envolve nessa mesma atividade a divulgação dessas notícias. Posso citar inúmeros exemplos. Numa empresa telefônica, qual sua atividade fim? É permitir que você se comunique com uma outra pessoa pelo telefone. O que está antes disso vou dizer que é atividade meio? É muito complicado. Por isso, acho que o projeto (que propõe a regulamentação da terceirização), quando criou o critério da especialização, definiu um bom critério. É um critério objetivo. Tenho muita dificuldade de compreender essa celeuma, essa preocupação de que estará havendo precarização e subtração de direitos. Porque quebra da categoria de bancários ou quebra da categoria de metalúrgicos faz parte do nosso dia a dia. Sempre observamos o nascedouro de novas categorias, esses desmembramentos, essas partições e criação de novos sindicatos e de novas categorias. De certa forma, isso me leva, em alguns momentos, raros, a ter de entender que algumas pessoas estariam com razão quando afirmam que o problema seria meramente de contribuições sindicais, o que possibilitaria a sobrevivência desses grandes sindicatos. Juridicamente, isso é tudo muito bem explicado e muito bem equacionado na própria CLT, que é uma legislação bastante antiga e que cuida desse assunto com certa propriedade e adequação.

Tínhamos de dar uma resposta, até porque a sociedade espera e aguarda e o mundo da economia e o mundo do trabalho não poderiam esperar a normatização desse assunto pelo Congresso. Aí a Justiça do Trabalho, que não está habilitada para tal, se colocou nessa função legiferante e vem estabelecendo, ao longo dos anos, através de enunciados como o 256, da Súmula 331, que já foi reformulada mais uma vez, essa jurisprudência. Fica valendo como se fosse a norma. Mas não é bom para ninguém. Vivemos num País com poderes constituídos. Cada poder responde por sua parte na distribuição dos ônus dentro do regime que elegemos e não é salutar que o Poder Judiciário faça as vezes do Poder Legislativo, porque o processo no Legislativo é completamente diferente do que algumas cabeças de juízes uniformizando jurisprudência num determinado assunto na forma como foi feito com a Súmula 331. Diferentemente é você uniformizar a interpretação de um artigo de lei já existente, o que não é o mesmo de pensar uma jurisprudência sem a norma, que foi o que efetivamente aconteceu com a terceirização. No Congresso Nacional, uma divisão de forças, todos os interessados são chamados a opinar. É próprio do Congresso Nacional esse embate de forças. O vácuo jurídico é terrível e por isso defendo, de forma quase que intransigente, a normatização desse assunto e acho, com base em todos os estudos que já fiz, por toda a compreensão que tenho, que este projeto é um bom projeto.

**Goiás Industrial** - Por que o sr. considera a terceirização um bom projeto?

**Guilherme Caputo** - Não vejo nenhum trabalhador da indústria, do comércio, trabalhador rural com a proteção



■ Na Casa da Indústria, Guilherme Caputo fala a empresários e trabalhadores goianos, no seminário Diálogo da Terceirização

que tem esse trabalhador que está alcançado por esse projeto. Como é uma situação excepcional que se cria quando uma empresa vai tomar um serviço e uma outra que vai prestar o serviço, e aí existiria essa terceira pessoa que é o trabalhador da empresa que vai prestar o serviço, se a empresa ao qual ele está vinculado falhar no pagamento de salários, no recolhimento de tributos, impostos, contribuições sociais, ele pode demandá-la como pode demandar a empresa que tomou os serviços dele. De um contrato comercial, de natureza civil, entre duas empresas, envolvendo o trabalho de um terceiro, quis-se dar a esse trabalhador uma segurança excepcional. Há casos, inclusive, de responsabilidade solidária, ou seja, o trabalhador poderá demandar qualquer uma das duas empresas e evidentemente escolherá a mais forte economicamente, em caso de não haver uma fiscalização conforme determina a lei para verificar se os salários estão sendo pagos regularmente, se os pagamentos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) estão sendo feitos, se as contribuições e os impostos estão sendo recolhidos. Só vejo proteção para esse trabalhador.

### Goiás Industrial - Mas não há o risco de depreciação dos salários?

**Guilherme Caputo** - Há quem diga que o empregado terceirizado vai ganhar menos do que o trabalhador contratado diretamente pela empresa. Eu até conversava com o ex-deputado Sandro Mabel (autor do projeto que regula a terceirização) e



“CADA PODER RESPONDE POR SUA PARTE NA DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DENTRO DO REGIME QUE ELEGEMOS E NÃO É SALUTAR QUE O PODER JUDICIÁRIO FAÇA AS VEZES DO PODER LEGISLATIVO”

entendo de outra forma. Por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) terceiriza, para usar esse termo do qual não gosto muito, mas é o mais comum, a nossa área de informática, que está toda nas mãos de empresas que prestam serviços de TI (Tecnologia da Informação). Quem vai definir quanto esse empregado vai ganhar? O mercado que envolve essas empresas de tecnologia. Esses trabalhadores têm pisos salariais que a categoria deve praticar e uma série de coisas específicas desse ▶

ramo de atividade. Quando esse empregado entra no tribunal, a instituição tem de passar todo o setor de tecnologia para a empresa que vai lhe prestar serviço. Se o tribunal mantiver parte dessa mão de obra, será criado um problema. Se tivermos, por exemplo, um banco com dois caixas, um empregado do banco e o outro funcionário de uma empresa que presta serviço ao banco, se o primeiro ganha um e o segundo, meio, vamos poder invocar o princípio da isonomia. E o TST já corrige isso, já não permitimos esse tipo de coisa. Diferentemente, se uma empresa decide passar para uma terceira todo um segmento, esta empresa vem com toda sua autonomia e não posso nem mesmo evocar uma questão de equiparação salarial se todo aquele segmento faz parte de uma empresa autônoma. Ele está apenas inserido no contexto dessa empresa tomadora do serviço para efeito de competitividade, de produtividade, de rapidez na confecção do produto.



**“QUER ME PARECER QUE A DISCUSSÃO DE FATO NÃO PASSA POR ESSA QUESTÃO DE PRECARIZAÇÃO E DE SUPRESSÃO DE DIREITOS. ESTÁ ME PARECENDO QUE SEJA MAIS ESSA QUESTÃO DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL”**

**Goiás Industrial - A terceirização veio para reduzir custos para as empresas?**

**Guilherme Caputo** - Tenho escutado muito isso. A terceirização serve apenas para reduzir custos. Não. Às vezes se paga até mais caro, mas a eficiência é tão maior que compensa. O (ex-deputado) Mabel citou um exemplo na construção civil, e os exemplos às vezes facilitam a enxergar as coisas. Chega um momento de fazer um trabalho de azulejamento. Se o construtor mantém profissionais de seu quadro fixo, não especializados, para colocar os azulejos, esses profissionais conseguem assentar mais ou menos 30 metros por dia. Se o construtor passa para uma empresa de prestação de serviços nessa área de azulejamento, embora o custo seja maior para essa construtora, ela vai ganhar muitas vezes mais na eficiência e na rapidez da entrega daquele serviço, o que para a empresa construtora significará um ganho à frente, tornando-a mais produtiva, mais competitiva, enfim. É equivocado a gente pensar que a terceirização implica necessariamente em redução de custos. Às vezes, momentaneamente, nem reduzir custos ela consegue, ao contrário.

**Goiás Industrial - Há riscos para a Previdência?**

**Guilherme Caputo** - Veja o exemplo dessa empresa especializada em azulejar construções. Se a construtora tiver de manter nos seus quadros pessoas para fazer esse serviço, concluído esse trabalho, a empresa previsivelmente vai mandar esses funcionários embora. Ela não tem como manter esse empregado que só sabe fazer aquilo, é especialista naquilo. A construtora vai, então, mandar embora esse empregado, que possivelmente vai recorrer ao seguro-desemprego e vai deixar de recolher a contribuição para a Previdência. Aí eu acho que vai sangrar o poder público. No entanto, se você admite que tenha uma empresa especializada, que atenda a essa construtora e, concluído esse trabalho, ela vai atender outras empresas do setor, esse trabalhador estará sempre em atividade e não vai haver prejuízo para o seguro-desemprego, para a Previdência.

**Goiás Industrial - Há duas outras preocupações a respeito da terceirização. De um lado, os sindicatos temem o desmembramento da categoria, o que pode se traduzir em estreitamento da base e perda de receitas da contribuição sindical. Pelo lado da Justiça do Trabalho, há uma grande resistência em aceitar a terceirização. Como o sr. avalia essas questões?**

**Guilherme Caputo** - Quando falta uma explicação mais razoável, temos a tendência de aderir a alguma tese que esteja sendo divulgada. A falta de compreensão do porquê da alegação dessa precarização e dessa subtração de direitos nos leva a crer que o problema é de arrecadação, é de perda de filiados. E isso faz com que os sindicatos tidos como grandes, tidos como muito influentes percam um pouco desse poder e vão ter de dividir com outros sindicatos que estão sendo formados e que já estão adquirindo bastante poder e influência pelo número de sindicalizados que têm obtido. Essa questão, para mim, vai se mostrando cada dia mais clara exatamente na ausência de uma explicação no mínimo razoável para essa rejeição à terceirização. Por que em alguns setores, nas montadoras, por exemplo, se convive bem com essa especialização na prestação de serviços? Porque todos são filiados ao sindicato dos metalúrgicos. Citei outro exemplo do sindicato que visitei dos trabalhadores

da construção civil, onde se aceitava a partição de uma obra em todas as suas etapas, na sondagem, na terraplenagem, estrutura, lógica, se aceitava que cada etapa dessas fosse feita por uma empresa especializada, que nada mais é do que a terceirização, porque todos os trabalhadores estavam vinculados ao mesmo sindicato. Quer me parecer que a discussão de fato não passa por essa questão de precarização e de supressão de direitos. Está me parecendo que seja mais essa questão de recolhimento da contribuição sindical.

### **Goiás Industrial - Como explicar a resistência ao projeto da terceirização na área da justiça trabalhista?**

**Guilherme Caputo** - Estranho, de algum tempo para cá, a dificuldade que se tem para discutir alguns assuntos dentro da Justiça do Trabalho. Há um certo mito de que tudo vem em prejuízo do trabalhador. E acho que muitas das vezes são afirmações sem uma reflexão maior. Isso aconteceu quando se discuti a questão da flexibilização dos direitos trabalhistas, quando se falou do negociado sobre o legislado, quando se falou na terceirização. Cria-se um certo preconceito em relação a esses fenômenos, com ramificação em várias áreas da sociedade. E uma coisa repetida tantas vezes acaba se tornando verdade para as pessoas. E os juízes têm essa preocupação, esse cuidado para que os trabalhadores não percam seus direitos. Mas acho que, no que concerne à contratação de serviços especializados, na terceirização, enfim, há um equívoco nessas análises.

### **Goiás Industrial - O sr. faz uma defesa veemente da livre negociação. Como se daria a convivência entre a negociação coletiva e a legislação trabalhista? Uma coisa exclui a outra ou pode haver uma convivência pacífica entre as duas?**

**Guilherme Caputo** - Há um ditado antigo que fala assim: melhor um mal acordo do que uma boa demanda. O acordo se estabelece entre os dois interessados. A decisão é uma imposição do Estado. Como seres humanos, com nossos erros e acertos, podemos dar uma decisão que não seja a mais adequada. Enquanto que, o que é negociado, acordado e acertado entre os interessados, é melhor. Claro. Porque nesse diálogo de acertos, entre cessões e concessões,

com ônus e bônus, se extrai uma coisa que seja boa para os dois lados. Essa é a lógica de uma negociação. Transporte isso para uma negociação coletiva, onde você vai fixar condições de trabalho. O que é melhor? A CLT autoriza, ela diz como são formados os sindicatos, por categorias econômicas e profissionais, como se formam as federações e confederações. Enfim, todo o modelo sindical está ali previsto, assim como devem ser feitos os acordos coletivos de trabalho e as convenções sindicais. Muito bem. Essa é a parte autorizativa, legislativa. Por que fazendo a livre negociação de forma intransigente? Primeiro, por essa explicação que dei. O que é acordado entre os interessados necessariamente tem de ser melhor do que o que eu, juiz, vou dizer. O que acho que o judiciário trabalhista tem de analisar são os defeitos formais, se houve uma autorização para se fazer aquela negociação, em que termos isso ocorreu, como foi feita a negociação, se houve fraude ao desejo do trabalhador nas assembleias, nas atas. Agora, deve prevalecer o que foi negociado. Abro uma exceção, também um pouco forçado por uma diretriz do TST, com relação às condições que envolvam medicina, segurança do trabalho. Aí eu acho que realmente as partes podem não ter o conhecimento necessário para negociar uma cláusula que vá, por exemplo, contra a saúde do trabalhador. Fora isso, não vejo a possibilidade de o Poder Judiciário dizer se determinada cláusula livremente negociada entre as partes é nula ou não apenas porque o juiz interpretou que ela pode não ser boa para o trabalhador, como se nós pudéssemos tutelar o trabalhador contra sua própria vontade. Sou um entusiasta da negociação coletiva por todos esses aspectos. Agora, o que para mim é o mais relevante, vamos esperar que nosso Congresso Nacional, abarrotado de afazeres, fique acompanhando o dinamismo do mercado de trabalho? Vamos esperar que as leis acompanhem esse dinamismo e venham sempre se atualizando? Acho que a livre negociação é a solução do Direito do Trabalho. Não tenho dúvidas disso. Não podemos esperar que o Congresso Nacional esteja atualizado a ponto de fazer frente a toda essa revolução no mundo do trabalho. Agora, (a negociação coletiva) tem de ser bem praticada, com sindicatos legítimos e legitimados, e seguramente teremos um mundo do trabalho muito melhor. ■



**“ESTRANHO, DE ALGUM TEMPO PARA CÁ, A DIFICULDADE QUE SE TEM PARA DISCUTIR ALGUNS ASSUNTOS DENTRO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. HÁ UM CERTO MITO DE QUE TUDO VEM EM PREJUÍZO DO TRABALHADOR”**



■ Turma de fornecedores de Niquelândia: certificados atestam qualificação para atender empresas do setor de mineração

# Sim, temos fornecedores!

Capacitação torna gestão mais eficiente, por meio de parceria entre o IEL e as mineradoras Anglo American, AngloGold Ashanti e Votorantim Metais

*Célia Oliveira*

**A**s certificações de empresas fornecedoras de produtos e serviços ao setor industrial goiano, sobretudo o da mineração, atestam a continuidade do processo de desenvolvimento dessa cadeia nas regiões Centro e Norte goiano. Empresas de micro, pequeno e médio portes e de diversos segmentos concluíram mais um ciclo do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF Goiás), consolidando o plano de atividades para a qualidade tanto na gestão quanto dos serviços.

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) e as mineradoras Anglo American, AngloGold Ashanti e Votorantim Metais entregaram, em novembro e dezembro de 2015, certificados às concluintes do segundo ciclo do programa, uma iniciativa das mineradoras que busca-

ram no IEL a coordenação técnica para elaboração de sua metodologia e aplicação, desde o final de 2013.

Para o alcance dos resultados, foram aplicadas três capacitações em gestão de marketing, técnicas de vendas e liderança. No encerramento de cada módulo, as empresas apresentaram resultados práticos das consultorias e instrutorias. Em parceria com o Sebrae, foram realizadas quatro palestras da série Diálogos Empresariais, sobre remuneração variável, fluxo de caixa, retenção de talentos e missão, visão, valores na construção do planejamento.

“As empresas mostraram envolvimento no programa e colocaram em prática as orientações propostas”, salienta a coordenadora técnica do PDF, Sandra Márcia Silva.

Dentre as ações realizadas em 2015, abrangendo capacitações, palestras, eventos complementares e consultorias, as Rodadas de Negócios em Niquelândia, no Norte, e Uruaçu, no Centro Goiano, foram destaques por propiciar a aproximação das mineradoras com o parque fornecedor, gerando negócios diretos durante esses eventos e, também, registrando negócios futuros na ordem de R\$ 3 milhões.

## Primor na gestão

As organizações participantes do programa já colhem bons frutos em seus negócios, a exemplo da Transportadora Aquino, em Barro Alto, uma das concluintes do 2º ciclo do PDF Goiás. Conforme o diretor Carlos Aquino Ferreira, esta fase do programa, de continuidade das capacitações, propiciou mais conhecimento técnico e gerencial, favorecendo os negócios.

“Já aumentei o faturamento, o número de clientes e participei de licitações”, afirma Ferreira. Otimista com a “colheita” nos negócios, ele adianta que irá continuar no programa. “Almejamos mais competência.”

## UM “DESAFIO SABOROSO”

Em Niquelândia, a Lavanderia Sol Nascente, empresa de pequeno porte em operação desde 2007, iniciou a participação no PDF de olho em melhorar o nível de conhecimento para alavancar os negócios. “Hoje, com nossa expectativa atendida, a empresa está mais madura, organizada e confiante no que faz em relação ao funcionário e ao cliente”, atesta o diretor Antônio Pereira.

Ao considerar o programa um “desafio saboroso”, Pereira tinha consciência das limitações da gestão da empresa e da necessidade de mudar. Agora, ao final do 2º ciclo do programa, reconhece todo o investimento feito pelo IEL, pelas mineradoras e por ele mesmo para a contabilidade dos créditos. “O maior ganho da empresa é a satisfação de nossos clientes,



■ **Carlos Aquino, da Transportadora Aquino:** “Já aumentei o faturamento, o número de clientes e participei de licitações”

porque conseguimos atendê-los de forma mais eficiente e com maior precisão nos prazos de entrega.”

Por apresentar bons resultados no Diagnóstico Empresarial, levantamento de campo realizado pelo IEL que averigua o desempenho das fornecedoras participantes do PDF, a Sol Nascente foi premiada, durante o evento de conclusão do ciclo 2015 do programa, por ter alcançado pontuação significativa em sua evolução, desde o início das capacitações, em 2014.

## DESENVOLVIMENTO NUM CONCEITO MAIS AMPLO

“As fornecedoras que iniciaram a caminhada em busca do desenvolvimento e da qualificação dentro da cultura de uma gestão focada em desempenho e aperfeiçoamento trilham a rota de um trabalho essencial para os negócios e sobrevivência”, afirma a coordenadora técnica do programa, Sandra Márcia Silva.

Conforme explica, o PDF foi construído dentro de uma visão ampliada para que essas empresas aprimorem o fornecimento à cadeia da mineração e de novos clientes, concomitantemente.



■ **Marcelo Lacerda, diretor da Vidro Arte, depois da capacitação:** “Com as mudanças percebíveis, atesto que nada é impossível!”

“O desempenho delas nesses dois anos do programa já reflete na produtividade, no volume de compras internas e no fornecimento de produtos e serviços de maior qualidade, redução de custos e competitividade assegurada.”

Na Vidro Arte, em Crixás, que integra o grupo de fornecedoras do PDF há dois anos, tudo mudou, segundo o diretor Marcelo de Lacerda, que reconhece a importância dos conhecimentos adquiridos para o crescimento e organização. “Éramos muito carentes de informação, carregávamos muitas dúvidas e as perdas eram volumosas.”

Ao iniciar o programa, Lacerda diz que considerava difícil aplicar todos os conceitos e descobertas, “mas hoje, com as mudanças percebíveis, atesto que nada é impossível!”. Contabilizando ganhos advindos do programa, o pequeno empresário registra aumento de cerca de 20% nas vendas, nesses dois anos de desenvolvimento. “Vale participar”. ■

“Foi uma surpresa, achei que estava sonhando. Este troféu significa o êxito de nossa dedicação ao programa”

**ANTÔNIO PEREIRA**, diretor da Lavanderia Sol Nascente, de Niquelândia



## CERTIFICAÇÕES PDF 2015



### • **Municípios:**

- Barro Alto, Crixás, Goianésia, Niquelândia e Uruaçu
- Horas aula: **292**
- Hora de consultorias: **122**
- Empresários capacitados: **118**



### • **Capacitações:**

- Técnica de Vendas
- Liderança
- Gestão em Marketing



### • **Eventos complementares:**

- Palestras
- Diálogo Empresarial
- Rodada de Negócios

# Tecnologia de ponta para a indústria

Instituto Senai de Tecnologia em Automação Industrial é a nova estrutura destinada a oferecer às indústrias goianas soluções inovadoras com foco no aumento da produtividade e competitividade

.....  
**Andelaide Lima**

**E**m meio às comemorações pelos 64 anos de atuação em Goiás, completados no dia 9 de março, o Senai entrega à indústria um novo complexo tecnológico, destinado a colocar à disposição das empresas do Estado serviços de alto valor agregado e uso de tecnologias de ponta, com foco no aumento da produtividade e competitividade industrial.

O Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Automação Industrial, instalado na Faculdade Ítalo Bologna, em Goiânia, é o primeiro a entrar em funcionamento no Estado, integrando rede nacional capaz de oferecer às empresas serviços técnicos e tecnológicos estruturados e abrangentes, que incluem metrologia, ensaios e testes laboratoriais para atestar ou elevar a qualidade dos produtos brasileiros (*veja matéria correlata*). Outro instituto de tecnologia, de Alimentos e Bebidas, construído na Escola Senai Vila Canaã, também na capital, deverá ser entregue ainda este ano.

A partir de seu pleno funcionamento, as empresas terão nos institutos Senai importantes aliados no desenvolvimento integrado de produtos e processos, pesquisa aplicada, projetos de inovação, solução de problemas complexos e antecipação de tendências tecnológicas.



Técnicos em atividades em laboratório de automação, que compõe a estrutura do novo complexo do Senai



**Instituto Senai de Tecnologia em Automação:** serviços de alto valor agregado para a indústria

A implantação dos dois complexos integra o Programa Senai de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, lançado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 2012, com o objetivo de consolidar a instituição como provedora de soluções tecnológicas para atender à demanda das empresas. A consolidação do investimento teve participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

### **PORTFÓLIO ABRANGE DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL A MODA E VESTUÁRIO**

Já em funcionamento desde o ano passado, o IST em Automação Industrial ocupa área de 2.798m<sup>2</sup> e dispõe de laboratórios de automação e montagens elétricas, de hidráulica e pneumática, eletrônica, eficiência energética e renováveis, ensaios de móveis, inspeção de solda, calibração de pressão, massa e temperatura.

O portfólio de serviços abrange diversas soluções em tecnologia e inovação na área de automação industrial, incluindo eficiência energética, manutenção industrial, metrologia, pesquisa aplicada

e projetos de inovação, além de atuação também nos segmentos de madeira e mobiliário, moda, têxtil e vestuário.

Em uma de suas primeiras ações, o Instituto SENAI de Tecnologia em Automação participou de atendimento em assessoria tecnológica à fábrica de motores da Renault do Brasil, em São José dos Pinhais (PR), realizado por meio de rede, em parceria com técnicos do SENAI de Minas Gerais, São Paulo, do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná e Amazonas.

### **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA REDUZ CONTA EM ATÉ 30%**

Carro-chefe do atendimento do Instituto SENAI de Tecnologia em Automação, soluções energéticas e renováveis, na forma de consultoria, ajudarão as empresas de diversos segmentos a minimizar problemas de grande impacto enfrentados pelo setor produtivo: a escalada das tarifas de energia elétrica, que tiveram alta superior a 40% no período de um ano, aliada à falta de informação sobre a composição dos custos, outro

“O instituto tem como objetivo contribuir para a melhoria dos processos produtivos das empresas, com a realização de serviços de alto valor agregado e uso de tecnologias de ponta, com foco no aumento da competitividade industrial”

**JOHN EDWARD VILLENA**, engenheiro, gerente do Instituto Senai de Tecnologia em Automação





■ Paulo Okigami, do Senai, estima economia de 12% a quase 30% com programas de eficiência energética

grande vilão que encarece ainda mais a conta com o insumo, segundo pesquisa realizada pelo Senai/IEL Goiás, que ouviu cem indústrias goianas, de grande e médio porte, dos segmentos de alimentos e bebidas, produtos de metal, farmacêutico e usinas alcooleiras.

O estudo mostra que 75% das empresas não sabem informar o impacto do aumento da energia no custo do produto. Embora a grande maioria (87% dos entrevistados) tenha conhecimento das áreas que mais consomem energia, 61% das indústrias já pagaram multa por excedente de demanda.

Sobre a busca de soluções para diminuir o peso da energia elétrica, a pesquisa mostra que 35% das empresas não investem em programas de eficiência energética e 32% não têm noção da eficiência energética de seus equipamentos.

A atuação do Senai nesse nicho de mercado buscará aprimorar a gestão energética e conseguir reduções de custos, por meio da racionalização do uso da energia e do planejamento do consumo.

A consultoria prevê a realização de um diagnóstico completo, que abrange desde a análise tarifária e o fluxo energético até a medição do consumo energético, estudo do fluxo de materiais e produtos, desenvolvimento dos estudos técnicos e econômicos das alternativas de redução das perdas, além da elaboração do plano de eficiência energética.

Coordenador da área de Serviços de Tecnologia e Inovação do Senai Goiás e interlocutor regional da Rede Senai de Renováveis e Soluções Energéticas, o engenheiro Paulo Okigami destaca que uma boa gestão da energia começa pela administração eficiente da fatura, equilibrando a demanda contratada e o consumo efetivo, o que elimina desperdícios e ainda evita que a empresa tenha de retornar ao mercado para contratar cargas adicionais.

“A implantação de programas de eficiência energética nas empresas pode trazer economias que variam de 12% a quase 30% no consumo de energia e, portanto, na fatura, dependendo do porte da empresa e seu estágio de desenvolvimento tecnológico. De acordo com programa escolhido e o tamanho do investimento exigido, o retorno pode ocorrer num intervalo entre 6 e 10 meses, em projetos que envolvam mudanças nos sistemas de iluminação e nos motores, variando de 10 a 20 meses em projetos mais amplos, que vão exigir troca de equipamentos e de sistemas”, explica Okigami. ■



■ Laboratório de calibração de temperatura: soluções para demandas das empresas



# Soluções para reuso de resíduos

■ **Etapa Centro-Oeste do Torneio de Robótica First Lego League:** disputa entre 400 estudantes de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, do Tocantins e Distrito Federal

Uso da robótica permite reaproveitar materiais e insumos utilizados pelas indústrias, dando uma destinação econômica aos produtos reciclados

**Daniela Ribeiro**

**O** Brasil gera anualmente 84 milhões de metros cúbicos de resíduos de construção e demolição, responsáveis por cerca de 60% do lixo das cidades. Metade delas ainda destina os rejeitos para lixões ou locais irregulares, em vez de optar pela reciclagem visando à utilização em obras, de forma sustentável e com baixo custo, de acordo com dados da Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon). Essas e outras preocupações ambientais, ao lado do foco no mundo do trabalho, mobilizam efetivamente a agenda de alunos e professores, refletindo nos métodos de ensino da escola Sesi em Goiás, cada vez mais integrado com o Senai, voltados para atender à indústria em suas necessidades de profissionais qualificados e de maior produtividade e competitividade.

Uma pequena mostra dessa vertente, que busca envolver o ambiente escolar com a iniciativa privada, foi evidenciada durante a etapa Centro-Oeste do Torneio de Robótica First Lego League (FLL), que o Sesi sediou em Goiânia, no final do ano passado, com participação de 400 estudantes dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, do Tocantins e do Distrito Federal. Além de Goiânia, outras dez cidades das cinco regiões do País sediaram a disputa, que envolveu cerca de 4.200 competidores. Inserida na grade escolar das unidades do Sesi Goiás desde 2013, a robótica vem possibilitando bons resultados ao envolver alunos e professores com conteúdos de física, química, português, biologia e matemática. A busca de aprendizagem com mais inovação, criatividade e raciocínio lógico é estratégica para incentivar alunos a optar por carreiras nas áreas de engenharia e tecnologia, com grande demanda na indústria. O torneio de robótica é uma iniciativa do grupo Lego, da Dinamarca, e da organização americana First (For Inspiration and Recognition of Science and Technology) realizada em mais de 80 países, com mais de 230 mil crianças por ano. Desde 2013, o Sesi é o operador oficial do evento no Brasil.

## TRANSFORMANDO O LIXO

Os projetos apresentados em Goiânia, dentro do tema anual da competição – “Trash Trek: Descobrimos Melhores Formas de Processar o Nosso Lixo” – despertaram atenção de empresas de diversos segmentos e universidades, superando expectativas dos participantes. “São trabalhos produzidos por alunos de ensino fundamental e médio com nível de curso superior e até mesmo de mestrado”, ressalta a coordenadora de Meio Ambiente da Toctao Engenharia, Cinthia Martins. As ideias, além de inovadoras, possuem condições de serem aplicadas e viabilizadas, segundo ela. “Anotei muita coisa e irei sugerir na Toctao durante o ano”, adianta Cinthia, com o respaldo da indústria, que acaba de colocar em prática uma mini-ETE, máquina portátil para tratamento de resíduos líquidos produzidos em seus canteiros de obras (mais detalhes na página 16).

Classificado para a etapa nacional do torneio, que será realizada em março, em Brasília, projeto idealizado por alunos da equipe Meq Lego, do Sesi de Catalão, após sete meses de pesquisa, enxergou em resíduos de construções civis e do polietileno de alta densidade (PEAD) dois ativos valiosos para trans-

“São trabalhos produzidos por alunos de ensino fundamental e médio com nível de curso superior e até mesmo de mestrado”

**CINTHIA MARTINS**, coordenadora de Meio Ambiente da Toctao Engenharia



formação em um produto sustentável, capaz de gerar emprego e renda. A fusão do plástico vindo do PEAD e da areia resultou em material sólido que pode ser aplicado na produção de objetos como balcões, bancos, mesas, ruas, calçadas, paredes e outras possibilidades.

Integrante da equipe, o estudante Enrick Bryan de Faria, de 15 anos, explica que a ideia surgiu após constatarem que os descartes dos dois resíduos têm como destinação final os aterros sanitários. “O lixo também é jogado de forma inadequada em terrenos baldios, rios, córregos, ruas e calçadas”, alerta.

## SACOLAS E COPOS VIRAM TRAVESSEIROS

Se desperta interesse de empresas pela racionalização de seus processos

produtivos, a reutilização de diversos resíduos, como os de canteiros de obras e plásticos, igualmente chama a atenção para a sustentabilidade ambiental. Grande campeã da etapa Centro-Oeste do torneio, a equipe de alunos Gametech Sesi Canaã desenvolveu um projeto que propõe a reutilização de sacolas plásticas e copos descartáveis para produção de travesseiros, almofadas e posteriormente estofados. O processo envolve a trituração das sacolas e copos, chamado de “plastisseiro”, que é utilizado em seguida como substituto das espumas nos travesseiros tradicionais.

Para fazer um travesseiro, os estudantes trituraram, em uma máquina específica para isso, 139 copos plásticos e 340 sacolas. Membro da equipe João Vitor Barbosa, de 17 anos, explica que a sacola é um dos materiais menos reciclados no mundo, devido ao baixo custo de venda após o uso, algo em torno de R\$ 0,20 o quilo. “A maioria da população usa os saquinhos para colocar o lixo doméstico e isso vai parar nos lixões. Nosso objetivo é reutilizar esse material e gerar renda para cooperativas de catadores e de reciclagem.”

Gerente de Gente e Gestão da Japel, indústria de papeis e embalagens instalada em Senador Canedo, Marco Aurélio de Assis ficou impressionado com os projetos apresentados durante o Torneio de Robótica (FLL). “Eles procuraram alternativas para reutilizar o lixo de maneira inteligente. As escolas



Equipe Gametech e o “plastisseiro”: uso de sacos e copos plásticos para substituir a espuma de travesseiros

participantes, além de estarem preocupadas com o meio ambiente, conseguiram colocar isso em prática, o que é mais difícil ainda.” Ele acrescentou que os estudantes estão se preparando para tornar o mundo melhor. “O mundo no futuro é todo deles. Nós estamos aqui apenas de passagem.”

## **JOGO INTERATIVO E PARCERIAS**

Um jogo interativo capaz de despertar o interesse pelo Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) foi criado pelos alunos da equipe Robots, do Sesi Canaã. A proposta, apresentada por meio de um tabuleiro, é baseada nas leis que norteiam a Política Nacional de Resíduos Sólidos e no processo de separação correta dos rejeitos para coleta seletiva.

Diretora executiva da Connect

Math, empresa goiana que presta serviços relacionados ao aperfeiçoamento, ensino e aprendizagem em matemática, Silmara Epifânia Castro tem acompanhado de perto o projeto dos alunos do Sesi e planeja parceria. “A ideia desenvolvida por eles facilita muito a compreensão. Não tem a intenção de impor nenhum conteúdo. É lúdico. Os jogadores aprendem brincando”, analisa. A Connect Math está vinculada ao Centro de Empreendedorismo e Incubação (CEI) da Universidade Federal de Goiás.

Epifânia pretende levar o projeto para a comunidade e outras escolas fora da Rede Sesi. “É uma ideia totalmente aplicável. Uma escola particular está bastante interessada em adquirir. Hoje em dia as crianças e adolescentes não desenvolvem mais atividades em que possam ficar cara a cara com o restante da família. Esse jogo possibilita essa oportunidade”, ressalta. ■



■ **Equipe Robots:** jogo interativo, baseado nos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegura segundo lugar regional

# O melhor conjunto de informações estratégicas para a gestão de sua empresa

A CMA possui o maior e mais completo conjunto de informações macroeconômicas, financeiras, de commodities e setoriais estrategicamente organizadas para áreas financeiras, tesourarias, de planejamento, inteligência de mercado e relações com investidores de empresas dos mais diversos setores da economia.

**Solicite uma demonstração gratuita**

(61) 3224-5552

[infocma@cma.com.br](mailto:infocma@cma.com.br)

[www.cma.com.br](http://www.cma.com.br)





■ **Wesley de Andrade Galvão, da Pontal Engenharia: construtora já iniciou o processo de migração para a edição 2015 da ISO 14001**

## Maior eficiência na gestão ambiental

Empresas e instituições terão prazo de três anos para adequar seus sistemas à versão mais atual da norma ISO 14001

**P**ublicada em 14 de setembro do ano passado, a versão 2015 da ABNT NBR ISO 14001 aprimorou o sistema de gestão ambiental, incorporando atualizações que a tornaram mais alinhada às demais normas de sistemas de gestão, a exemplo da ISO 9001. Igualmente, há associação “às definições estratégicas da empresa com melhor compreensão do contexto da organização”, segundo Marcello Couto, consultor da HGB Consultoria, auditor e avaliador externo da Coordenação Geral de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Cgcre).

Empresas e instituições terão três anos de prazo, contados a partir da vigência da norma, para adequar seus sistemas. Algumas, a exemplo da Pontal Engenharia, com sistema de gestão

certificado pelo ICQ Brasil, e Vega Construtora, já iniciaram a migração para o formato mais recente da ISO 14001.

De acordo com o consultor, entre outras diretrizes perseguidas pela International Organization for Standardization (ISO), a atualização levou em conta ainda a necessidade de alinhar a ISO 14001 à “Estrutura de Alto Nível (HLS, por sua sigla em inglês) para normas de sistemas de gestão e seus textos idênticos, termos comuns e definições fundamentais”. Atualizada, acrescenta Couto, a ferramenta permitirá melhor “gerenciamento de riscos e oportunidades” e gestão mais adequada de mudanças.

A norma exigirá ainda maior envolvimento e responsabilidade da alta administração das corporações, além de passar a considerar o conceito de ciclo completo de vida de produtos e serviços. Isso significa, elabora Couto, levar em “consideração toda a perspectiva do ciclo, abordando desde o projeto ao fim de vida de um produto ou serviço”. A atualização, seguindo as tendências mais recentes nesta área, colocou ênfase especial “na melhoria do desempenho ambiental, não somente do sis-

tema de gestão”, de forma a assegurar “maior proteção ambiental com foco em iniciativas proativas” por parte das organizações.

Em sua visão, as empresas terão de desenvolver esforços para melhor “compreender o contexto da organização e necessidades de partes interessadas”, levar em conta essas informações “na definição de seu escopo e em sua análise de risco de ameaças e oportunidades”. Assim, será possível “prevenir ou reduzir efeitos indesejáveis, incluindo fatores externos que possam afetar a organização”, buscando a melhoria contínua de sua operação e assegurando “melhoria do desempenho ambiental, com foco na prevenção da poluição”.

### Instalação estratégica

Conforme Dayana Costa Freitas Brito, superintendente do ICQ Brasil, a ISO 14001 “especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e permite a uma organização desenvolver e praticar políticas e metas ambientalmente sustentáveis. A norma leva em conta aspectos ambientais influenciados pela organização e outros passíveis de serem controlados por ela”. A adoção da norma, assim como a certificação posterior por um organismo acreditado, como o ICQ Brasil, deve ser buscada por

empresas interessadas em estabelecer ou aprimorar seu SGA, que desejam ter segurança em relação às políticas ambientais praticadas ou, ainda, “demonstrar estar de acordo com práticas sustentáveis a clientes e a organizações externas”.

A superintendente do ICQ Brasil acrescenta que a implantação de um SGA “deve ser feita de modo estratégico” pelas organizações, já que o desenvolvimento do sistema é específico para cada tipo de empresa. Segundo Dayana, conseguir a ISO 14001 é um pouco mais complicado do que obter o certificado ISO 9001. “A legislação pertinente ao Direito Ambiental no Brasil é bastante complexa e é necessário fazer um levantamento minucioso da situação da empresa”, afirma. O processo de implementação da ISO 14001 dura, em geral, de um a dois anos, o que dependerá “do tamanho da empresa, dos recursos humanos disponíveis para o trabalho e do grau de envolvimento da direção”, ressalta Dayana.

### SISTEMA INTEGRADO FACILITA MIGRAÇÃO

A Pontal Engenharia está em pleno processo de adequação de seu Sistema Integrado de Gestão (SIG) aos novos requisitos impostos pela ISO 14001:2015. A construtora, informa o engenheiro civil

Wesley de Andrade Galvão, especializado em segurança do trabalho e gestor de obras e de qualidade da empresa, aproveitou para realizar também a atualização do sistema à versão mais recente da ISO 9001. Ambos os processos deverão estar concluídos num prazo entre 6 e 12 meses, estima Galvão. “Caso a revisão do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) saia a tempo, vamos também incorporá-la ao SIG”, acrescenta ele.

Certificado pelo ICQ Brasil, o sistema de gestão da Pontal integra, já há alguns anos, além do PBQP-H e das normas 9001 e 14001, a OHSAS 18001 (conjunto de normas que tratam de gestão da saúde e segurança ocupacional) e a NBR 16001 (norma da ABNT com foco em responsabilidade social). “As normas 9001 e 14001 englobam itens pareados, o que facilita a gestão integrada”, diz Galvão. Para ele, a versão atualizada do sistema de gestão ambiental traz foco maior na geração de resultados, permitindo reduzir custos, prevenir impactos adversos e ampliar o desempenho ambiental e socioeconômico da companhia.

Na avaliação realizada pela Pontal, prossegue Galvão, a versão 2015 da 14001 vai exigir maior envolvimento da figura do líder na gestão ambiental, tornar mais eficiente o processo de gestão de resíduos e de emissões, além de aperfeiçoar os mecanismos de proteção ao meio ambiente.

A mudança, com todos seus impactos, mais expressivos na parte documental, criará também oportunidades, na leitura de Galvão, a exemplo do que já vinha ocorrendo desde a implantação da edição anterior da norma. A Pontal conseguiu reduzir a geração de resíduos de 150 quilos por metro quadrado construído, em 2010, para 130 quilos, num corte de 13% numa primeira etapa. A construtora alterou seu processo construtivo, trocando o tijolo comum pelo bloco de concreto e hoje o resíduo é triturado e reaproveitado na produção de



“A legislação pertinente ao Direito Ambiental no Brasil é bastante complexa e é necessário fazer um levantamento minucioso da situação da empresa”

**DAYANA COSTA FREITAS BRITO,**  
superintendente do ICQ Brasil

novos tijolos, o que passou a representar receita em torno de R\$ 300 mil por obra. Como resultado, a geração de resíduos foi reduzida em dois terços em relação a 2010, com a média caindo para 48 a 60 quilos por m<sup>2</sup> e um recorde de 44 quilos em medição recente.

Além disso, prossegue Galvão, a empresa já adota a gestão por ciclo de vida dos insumos, conforme demanda a nova norma. “Teremos o trabalho apenas de mudar as planilhas”, comenta ainda. A Pontal também já pratica políticas sistemáticas de comunicação interna e externa, de preservação da biodiversidade e de mitigação de emissões causadoras de mudanças climáticas.

### Critério de desempate

No segundo semestre do ano passado, a construtora inventariou todas as suas emissões de carbono nos últimos dez anos, com resultados promissores. Num projeto desenvolvido desde 2011, em parceria com o Jardim Botânico, em Goiânia, a empresa plantou mais de 109,5 mil mudas de plantas, das quais 65 mil de espécies nativas do Cerrado. Segundo Galvão, 80% daquelas plantas vão gerar sequestro de carbono num total de 217 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente por ano. “Durante 60 anos, vamos evitar a emissão de 12 mil toneladas de carbono”, projeta ele. A gestão de emissões passará a ser um critério para desempate na política de compra de insumos da Pontal. “Hoje o fornecedor sabe que, se não se adequar, estará fora do mercado”, afirma. Galvão considera fundamental a certificação realizada pelo ICQ Brasil. “Levamos a logomarca do instituto a todos nossos eventos e apresentações, único organismo certificador nascido dentro do Sistema Indústria. Precisamos de um organismo sério, com fé pública e acreditado pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), como o ICQ Brasil”, defende Galvão.



### UM ALIADO CONTRA ADVERSIDADES

Num cenário de desafios crescentes impostos às corporações, os sistemas de gestão “tornam-se os melhores aliados para reverter as adversidades e transformá-las em oportunidades de crescimento”, comenta Ana Karolina Fleuri Sousa, engenheira civil, representante da direção na área de qualidade e coordenadora do Sistema de Gestão Integrado da Vega Construtora. Para ela, a versão mais atual da ISO 14001 “é capaz de associar a proteção do meio ambiente com a geração de lucro e agregar valor ao produto”. Entre desafios e novidades, anota Ana Karolina, “está a participação direta da alta direção quanto à demonstração de liderança e comprometimento com o sistema de gestão ambiental, acompanhando sua eficácia, garantindo sua integração com os processos do negócio, apoiando e assegurando recursos e resultados”.

Na Vega Construtora, a existência de um Sistema de Gestão Integrado, que associa a ISO 9001, PBQP-H nível A,

■ **Ana Carolina Fleuri, da Vega Construtora:** sistemas de gestão são “os melhores aliados para reverter as adversidades e transformá-las em oportunidades de crescimento”

OHSAS 18001 e a ISO 14001, também facilitará as adaptações aos novos itens da versão 2015 da norma ambiental, com “melhoria acelerada na eficiência da gestão da empresa”. A construtora realizou toda a análise de riscos e oportunidades sob o ponto de vista ambiental, legal e demais requisitos, assim como das “questões relacionadas às partes interessadas que antes eram feitos para gerenciar o risco ou riscos à saúde e à segurança do trabalho”, observa Ana Karolina. Sofreram igualmente revisão fatores relevantes, como “os itens de interação entre os processos, a busca por melhoria contínua visando ao aumento do desempenho ambiental e a consideração de ciclo de vida para todo o processo construtivo que abrange desde a matéria-prima até a disposição final de produtos ou serviços”.

**SOLUÇÕES  
TECNOLÓGICAS  
QUE SE  
ENCAIXAM  
NA INDÚSTRIA.  
ISSO É SENAI.**

*A tecnologia avança. O Senai também.  
São vários cursos técnicos e de  
qualificação oferecidos para o trabalhador,  
e uma gama de soluções tecnológicas  
exclusivas para sua empresa.  
Isso significa mais produtividade,  
eficiência e resultado nos negócios.*

**Senai. À frente do tempo.  
Ao lado da indústria.**

**FIEG SENAI**

[www.senaigo.com.br](http://www.senaigo.com.br)



shutterstock

- **À espera de uma definição: técnicos do governo retomam estudos para remodelar a futura plataforma logística prevista para Anápolis**

# Uma década e meia de ATRASO

Lançado em 2001, projeto da Plataforma Logística Multimodal de Goiás ainda enfrenta mudanças e continua sem prazo definido para sua implantação

*Lauro Veiga Filho*

O governo do Estado está autorizado a instalar a Plataforma Logística Multimodal de Goiás desde 21 de dezembro de 2001, quando foi sancionada a Lei nº 14.040. Em quase uma década e meia, o projeto mudou de nome, recebeu algumas obras, incluindo terraplenagem, num gasto próximo a R\$ 250 milhões, e ainda está sujeito a alterações em sua concepção e no modelo de negócios previsto para o complexo. Mas continua como uma promessa sem prazo para concretização. Estudos e projeções estão sendo revisados desde a suspensão do edital, lançado no final de 2013, que deveria ter transferido para grupos privados, por meio de licitação, a concessão para implantação da plataforma e exploração de serviços logísticos relacionados à unidade. Agendada para 20 de fevereiro de 2014, a licitação foi cancelada em 8 de janeiro daquele ano e ainda não há previsão para a apresentação de um novo edital.

A Secretaria de Gestão e Planejamento, que assumiu a competência para tocar o projeto desde 2011, acredita que ainda não é momento para prosseguir na implantação da plataforma, que deverá exigir um investimento adicional acima de R\$ 1,0 bilhão do futuro ou futuros investidores. Mas o setor industrial entende que o governo deveria transformar a plataforma, assim como o

Aeroporto de Cargas de Anápolis, em prioridade estratégica, concentrando esforços para finalmente concluir o projeto, que – espera-se – deverá facilitar o acesso do Estado a outros mercados, aqui dentro e lá fora. A despeito da crise, mostra a Porto Seco Centro-Oeste S/A, já há consultas de empresas interessadas em parcerias para explorar a futura plataforma.

## **CHANCES DESPERDIÇADAS**

O governo estadual desperdiçou a oportunidade de colocar de pé a Plataforma Logística Multimodal de Goiás quando a economia brasileira estava em franco crescimento e havia demanda para dar sustentação a um projeto desta envergadura, afirma o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra), Célio Eustáquio de Moura. Neste momento, defende, os esforços governamentais deveriam estar concentrados na desobstrução dos caminhos para a implantação definitiva do projeto. “A preocupação prioritária do Estado deveria ser com medidas para melhor estruturar nossa logística, o que inclui também o enfrentamento da questão da qualidade da energia em Goiás”, reforça Moura, lembrando que todas essas questões têm

“A preocupação prioritária do Estado deveria ser com medidas para melhor estruturar nossa logística, o que inclui também o enfrentamento da questão da qualidade da energia em Goiás”



**CÉLIO EUSTÁQUIO DE MOURA**, presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra)

impactos expressivos sobre os negócios e qualquer avanço representaria uma melhora no ambiente econômico, especialmente num período de recessão.

Ele lembra que a posição central ocupada pelo Estado já define um potencial extremamente favorável para a exploração de serviços logísticos, favorecendo a instalação de novos centros de armazenagem e distribuição. Isso facilitaria o acesso da indústria goiana a outros mercados no País e no exterior, funcionando como opção, por exemplo, para a exportação de bens e mercadorias fabricados pelo polo industrial da Zona Franca de Manaus e ainda atraindo novas empresas, estimulando a industrialização na região. “Num raio de quase mil quilômetros podemos atingir mais de 70% do mercado brasileiro de consumo”, ressalta ele.

Mas o setor industrial, prossegue Moura, está preocupado com os atrasos constantes e com os possíveis formatos desenhados para o projeto da plataforma, modificado várias vezes ao sabor de mudanças frequentes na sua concepção e nos modelos sugeridos para sua implantação. “A plataforma logística tem importância estratégica muito grande para a indústria e para a economia do Estado em geral. Mas é evidente que o governo tem enfrentado dificuldades para implantá-la”, avalia.

“Nossos governos têm sido em geral muito gananciosos quando se trata de aumentar impostos, enxergando no método a solução para todos seus problemas”, acrescenta Moura. Assim, diz ele, o projeto da plataforma terá de contemplar alguma forma de incentivo que a torne interessante para o mercado e que crie as condições para atrair investidores. Adicionalmente, será preciso assegurar condições para que o complexo logístico

**POUCO MAIS DE 38% DAS IMPORTAÇÕES TOTAIS DE GOIÁS FORAM REALIZADAS POR AVIÃO**

seja operacional. “A plataforma não pode operar de forma isolada. Ela terá de ser integrada ao aeroporto de cargas, o que permitirá que funcione como um hub logístico, integrando todos os modais, o que facilitará tanto a internalização de insumos e bens importados quanto a exportação de mercadorias.”

**Importações de alto valor**

O aeroporto, ainda na visão do presidente do Coinfra, devidamente integrado à plataforma e ao Porto Seco de Anápolis, daria novas condições de competitividade para cargas de alto valor agregado, a exemplo de insumos farmacêuticos e medicamentos. No ano passado, o transporte por via aérea respondeu por 94,7% das importações goianas de produtos farmacêuticos, num total de US\$ 929,62 milhões. Considerando as importações totais do Estado, 38,1% delas chegaram por avião.

Célio Eustáquio de Moura insiste, por fim, em outro ponto. Em sua avaliação, o aeroporto necessariamente terá de ser misto, permitindo o transporte de cargas e de passageiros. “É o transporte de passageiros que pode viabilizar a operação com cargas”, afirma. Haveria ainda um reforço na segurança aérea naquela região do País, já que Anápolis poderia funcionar como opção em caso de dificuldades nos aeroportos de Brasília e de Goiânia. “Esta é uma opção interessante e que deveria ser considerada”, recomenda.

**PELOS ARES**

(Importação goiana de produtos farmacêuticos, valores em US\$ mil)

Ano/Variável	2014	2015
 Total	1.184,98	981,78
Via aérea	1.137,28	929,62
Participação	95,97%	94,69%

Fonte: Aliceweb/Mdic

## À ESPERA DO MOMENTO IDEAL

O governo espera o momento ideal para levar à frente o projeto de implantação de sua plataforma logística em Anápolis, afirma o secretário de Gestão e Planejamento, Thiago Peixoto. O trabalho de revisão de estudos e projeções ainda não fora concluído até o início de fevereiro, nem havia previsão para isso. O projeto em discussão, que contempla a integração entre o aeroporto de cargas de Anápolis e a plataforma multimodal, a princípio considera a possibilidade de licitação do complexo para a iniciativa privada sob o regime de concessão. Mas todas as opções ainda serão colocadas em debate com o setor empresarial e não há prazo fixado para o lançamento do edital.

“Estamos diante de uma fase de grande dificuldade na economia, com baixa disposição para investimentos no setor privado, especialmente em se tratando de um projeto que deverá exigir recursos superiores a R\$ 1,0 bilhão, numa estimativa aproximada”, ressalta Peixoto. O grande diferencial do projeto, sob o ponto de vista logístico, retoma o secretário, é que ele estará conectado às ferrovias Centro-Atlântica e Norte-Sul, às rodovias BR-153, BR-060 e BR-414, e ainda disporá da opção da carga aérea por meio do aeroporto.

Serão atualizados os estudos iniciais e revisados os cronogramas econômicos financeiros e das obras civis necessárias para a implantação integral da plataforma. Será preciso reavaliar a capacidade instalada do complexo logístico frente a novas projeções da demanda a ser atendida ao longo do prazo da concessão, inicialmente previsto para 33 anos, assim como a taxa interna de retorno do projeto, que a princípio havia sido estimada, ainda em 2013, em algo ao redor de 9,5%.

Além de revisar projeções, será necessário, de acordo com a Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), fazer “uma requalificação do projeto em vir-



Thiago Peixoto: “Estamos diante de uma fase de grande dificuldade na economia, com baixa disposição para investimentos no setor privado”

tude de projetos correlatos na mesma área, como Distrito Agroindustrial e Centro de Convenções de Anápolis”. O investimento já realizado pelo Estado na área, ao redor de R\$ 250 milhões, “será considerado cobrando uma participação nos lucros que o concessionário obtiver futuramente”, adianta ainda a equipe técnica da Segplan, em mais uma mudança de orientação, já que a proposta anterior não previa a recuperação daqueles valores.

## Projeções iniciais

Os trabalhos originais, que resultaram no edital suspenso em 2014, previam valor fixo de R\$ 150 milhões para a outorga da área de 6,968 milhões de metros quadrados, com pagamento de 10% à vista e o restante em 15 anos, incluindo 3 de carência, parâmetros agora sob revisão. Além desses valores, o Estado receberia, a título de contribuição variável, 1% da receita bruta gerada pela plataforma durante os 33 anos da concessão. As obras deveriam ter se iniciado neste ano, ▶



## ATIVIDADES PREVISTAS PARA A PLATAFORMA

- ▶ Armazenagem e distribuição multitemperatura
- ▶ Despachos aduaneiros e contratação de cargas
- ▶ Beneficiamento, processamento e embalagem de bens
- ▶ Concentração e desconcentração de cargas
- ▶ Serviços financeiros e de telecomunicações
- ▶ Montagem industrial de produtos

## O QUE VAI FUNCIONAR

- ▶ Terminais de frete aéreo
- ▶ Aeroporto de Anápolis
- ▶ Polo de serviços e administração
- ▶ Centro de carga rodoviária
- ▶ Terminal de carga ferroviária
- ▶ Armazéns gerais, refrigerados, de utilidades domésticas, para produtos de base e granéis



■ **Aeroporto de cargas:** obras exigiram investimentos de R\$ 266,02 milhões em sua primeira etapa

na previsão original, para conclusão em 2023, quando a plataforma movimentaria em torno de 7,8 milhões de toneladas de cargas, principalmente de soja em grão, farelo e óleo de soja, milho em grão, minerais não-metálicos, produtos farmacêuticos, peças e acessórios de veículos, defensivos, produtos químicos e outras cargas gerais. Nas projeções iniciais, a receita bruta esperada para o período entre 2016 e 2023 poderia chegar a R\$ 883 milhões e o concessionário teria de realizar investimentos em ativos fixos, a partir de 2015, de aproximadamente R\$ 787 milhões, igualmente até 2023, dos quais R\$ 294 milhões apenas no primeiro ano de construção da plataforma.

### **Pelo menos a pista está pronta...**

As obras de implantação da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Cargas de Anápolis foram concluídas no ano passado, num investimento de R\$ 266,024 milhões, de acordo com a Agência Goiana de Transportes e Obras

(Agetop). Com extensão de 2.940 metros e 45 metros de largura, a pista tem capacidade para receber aeronaves do porte de um Boeing 747, com suporte para até 400 toneladas. Mas houve atrasos também aqui, já o aeroporto deveria ter sido entregue em 2014, segundo previsão anunciada pelo governo à época.

“No momento, estamos aguardando a homologação da pista pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e, depois disso, o aeroporto terá condições de receber voos regulares aproveitando a estrutura já existente no local”, segundo a assessoria da Agetop. Em janeiro, a agência abriu licitação para a segunda etapa de modificações físicas e operacionais no Aeroporto Civil de Anápolis, com custo previsto em quase R\$ 61,920 milhões.

A nova licitação inclui a construção de nova pista de taxiamento, áreas para hangares da aviação executiva, instrução e manutenção, drenagem e conclusão do revestimento vegetal. O prazo para conclusão das obras é de 12 meses após



■ **Edson Tavares:** plataforma deverá reduzir tempo e custos para remoção de cargas dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Confins

contratada a empresa vencedora. Concluída esta fase, sempre de acordo com a Agetop, “restará apenas a conclusão dos pátios de carga e novas taxi-way para pleno funcionamento do aeroporto de cargas. Essa conclusão será objeto de parceria público-privada”. No total, serão investidos R\$ 327,944 milhões, em valores aproximados.

## O INTERESSE DE INVESTIDORES

A perspectiva de implantação da plataforma logística é vista como estratégica também pela Porto Seco Centro-Oeste S/A, terminal alfandegado de uso público, destinado à armazenagem e movimentação de cargas para importação e exportação. Constituída por um consórcio de empresários goianos para prestação de serviços aduaneiros em Anápolis desde o final dos anos 1990, a empresa tem interesse em investir na plataforma, adianta Edson Tavares, seu diretor superintendente, o que deverá agregar maior eficiência à operação da estação aduaneira.

A decisão final, no entanto, estará condicionada aos termos e às condições que ainda deverão ser estabelecidos pelo edital, assim como à modelagem final a ser desenhada para a gestão da plataforma. “O governo precisa definir se fará a transferência da plataforma para a iniciativa privada por meio de concessão,

permissão ou de uma parceria público-privada”, comenta Tavares. Como empresa âncora da plataforma, a Porto Seco Centro-Oeste, que já tem sido procurada por investidores interessados em parceria, quer saber ainda se o edital vai permitir a realização de parcerias com outras empresas e abrigar a possibilidade de locação e sublocação de espaços na área da plataforma.

A unidade deve favorecer a redução no tempo de transporte de cargas dos aeroportos de Guarulhos, em São Paulo, Viracopos, em Campinas, e de Confins, em Belo Horizonte, até Anápolis. O trânsito aduaneiro dessas cargas até seu desembarço final, dentro do porto seco, já em território goiano, atualmente é todo feito por meio de caminhões e a intenção é transferir mercadorias e insumos por trem e avião, o que seria possível, por exemplo, com a conclusão do aeroporto de Anápolis.

As cargas, em geral de valor agregado mais alto, incluem medicamentos e

seus insumos, máquinas e equipamentos para o setor farmacêutico, produtos de alta tecnologia, veículos CKD (desmontados) e montados, peças e partes de motores, pneus e outras. Em média, o porto movimentava anualmente em torno de US\$ 1,6 bilhão, de acordo com Tavares.

No caso do aeroporto, prossegue, ainda falta construir toda a estrutura que vai torná-lo operacional, envolvendo pistas de taxiamento, torres de controle, terminal e um pátio com capacidade para suportar aeronaves de grande porte.

## A CAMINHO DA CONSOLIDAÇÃO

Até o final deste semestre, espera-se que a Ferrovia Norte-Sul inicie a operação com contêineres, numa parceria entre a Brado Logística, empresa que tem como acionistas a ALL, controlada pelo Rumo Logística, do Grupo Cosan, BRZ (Standard), Deminvest e Markinvest, a VLI, que reúne os ativos de logística da



■ Movimentação de cargas no Porto Seco Centro-Oeste: conversações para início do transporte de contêineres pela Ferrovia Norte-Sul



**Carga pioneira: Granol despacha 27 mil toneladas de farelo de soja por ferrovia em direção ao Porto de Itaqui, no Maranhão**

Divulgação/Valec

Vale, e a Porto Seco Centro-Oeste, de acordo com Edson Tavares. “As conversações estão bem adiantadas. A Brado deve entrar na operação com vagões e contêineres e vai utilizar vagões da VLI. A Porto Seco fará todo o serviço de transbordo de cargas entre caminhões e o trem e vice-versa”, afirma.

Ainda de acordo com ele, o Porto Seco investirá em torno de R\$ 10,0 milhões na construção de ramais ferroviários e na aquisição de um portainer, equipamento para movimentação de contêineres. A Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., estatal que responde pela construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS), analisa, no momento, projeto do porto seco de desvio ferroviário de acesso às suas instalações, que está em fase de aprovação.

A Brado, especializada no transporte de contêineres, deverá investir entre R\$ 60,0 milhões e R\$ 100,0 milhões na estimativa de Tavares. Os planos iniciais

da empresa de logística, divulgados no início do ano passado, incluíam a ligação entre a Zona Franca de Manaus e São Paulo, numa operação multimodal para transporte de insumos destinados ao polo industrial de Manaus e bens de consumo finais fabricados ali para o mercado paulista, com uso de contêineres, num investimento então previsto em R\$ 150,0 milhões. O sistema previa o uso de barcaças de Manaus a Belém, com o carregamento seguindo por caminhão até o terminal intermodal da Brado, em Imperatriz, no Maranhão, e dali, pela FNS, até o Porto Seco em Anápolis, de onde a carga seria distribuída para São Paulo, novamente por caminhão.

O investimento seria destinado à construção de um novo terminal em Imperatriz e à aquisição de carretas, vagões double stack, que permitem carregar contêineres empilhados, e contêineres de 50 polegadas. Inicialmente, a empresa previa movimentar 14 mil contêineres

em 2016, incluindo dois comboios por semana, ida e volta, entre Imperatriz e Anápolis, com projeção para 37 mil unidades em 2018 no mesmo trajeto.

## **A CARGA PIONEIRA**

A Granol Indústria, Comércio e Exportação S.A. programa o despacho de mais 300 mil toneladas de farelo de soja pela Ferrovia Norte-Sul (FNS) até o Porto de Itaqui, no Maranhão, a partir do início do segundo semestre deste ano, depois de concluir com sucesso o transporte de 27 mil toneladas do produto no início de dezembro, na primeira operação comercial a utilizar os trilhos da FNS. Segundo a Valec, além de farelo, há a previsão de transporte também de contêineres e graneis líquidos e sólidos pela ferrovia.

A Granol, que considera a possibilidade de utilizar futuramente a estrutura da Plataforma Logística Multimodal de

Goiás na importação de insumos e equipamentos, investiu em torno de R\$ 30,0 milhões na instalação da primeira etapa da estrutura que dará suporte à operação na ferrovia, num projeto que contempla ainda mais duas fases.

Essa primeira parte envolveu a construção de um armazém graneleiro com capacidade para 57 mil toneladas, sistema de transporte por elevadores e correias transportadoras, tulas para carregamento e balanças ferroviárias com capacidade para 100 toneladas por hora. As duas fases seguintes incluirão sistemas para descarga de grãos pela Norte-Sul e para embarque de biodiesel em vagões-tanque.

A empresa faz avaliação positiva em relação ao transporte pioneiro de farelo pela FNS, já que conseguiu vencer “barreiras burocráticas e técnicas” relacionadas à operação. Com mais de 2 mil quilômetros de extensão, aponta a Granol, o tramo central da Norte-Sul trará redução de custos da ordem de 40% na comparação com o modal rodoviário, além de retirar caminhões e carretas das rodovias, reduzindo emissões.

A consolidação e otimização da operação ferroviária, no entanto, dependerão da resolução de alguns gargalos, especialmente aqueles relacionados à disponibilidade de terminais de embarque de navios em São Luís. “Nossa empresa tem parceria logística de longa data com alguns dos fornecedores do serviço portuário nos terminais de uso misto (público e privado) no Porto de São Luís e devemos ter esta disponibilidade equacionada pelos órgãos e instituições envolvidos”, comunica a Granol.

### Um diferencial a mais

A consolidação da Ferrovia Norte-Sul deverá tornar mais atrativo o investimento na plataforma multimodal que o governo do Estado planeja há uma década e meia. Embora os ramos norte e central da ferrovia já estejam em con-

dições operacionais, há muito a definir antes que todo seu potencial possa ser explorado. O Ministério dos Transportes espera apresentar o edital para licitação do trecho entre Anápolis e Palmas no segundo semestre deste ano.

Depois disso, ainda será preciso realizar audiências públicas nos principais polos daquela região, antes da realização do leilão da concessão, que deverá seguir o modelo já existente, mas com aperfeiçoamentos, de acordo com o ministério. Nesse processo, informa a assessoria da pasta, “estão sendo analisadas adequações no marco regulatório, com o fim de promover a política de livre acesso. A previsão é de que os leilões de ferrovias comecem durante o ano de 2016”.

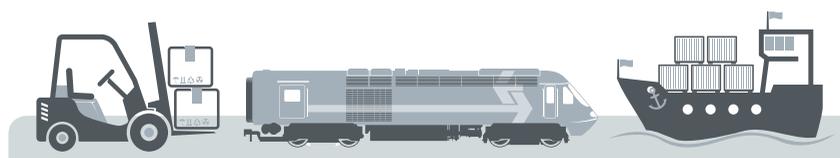
Na outra ponta, a Valec investe atualmente na construção da extensão sul da FNS, que vai ligar Ouro Verde a Estrela D'Oeste, no interior de São Paulo. As

obras em curso registram avanço físico de 89,0 %, com previsão de conclusão no final deste ano.

### POR ONDE SAIA PRODUÇÃO GOIANA

O processo de descentralização da logística de transporte do agronegócio tem registrado avanços com as melhorias no acesso aos portos do chamado “Arco Norte” – Itacoatiara (AM), Santarém, Barcarena e Belém, no Pará, São Luís (MA), Aracaju (SE) e Salvador (BA), na classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Mas Goiás, por enquanto, ainda não participa desse processo, concentrando toda sua operação nos portos das regiões Sudeste e Sul.

No ano passado, os números do Mapa mostram que pouco mais de um



### CONCENTRAÇÃO NO SUL-SUDESTE

(Exportações goianas, principais portos de saída, volume em mil toneladas)

Ano	Total	Sul-Sudeste*	Participação (%)
2010	5.861,54	5.644,76	96,30
2011	6.398,75	6.164,88	96,34
2012	9.892,19	9.525,57	96,29
2013	9.615,92	9.251,57	96,21
2014	9.436,17	9.246,35	97,99
2015	10.319,60	10.107,21	97,94

(\*) Portos de Santos, Vitória, Paranaguá e São Francisco do Sul  
Fonte: Aliceweb/Maic

quinto total das exportações de soja e milho em grão em 2015 saíram do País pelo Arco Norte, num total de 19,930 milhões de toneladas. Há cinco anos, aquela participação mal chegava a 5%. O volume exportado pelos portos do Norte e Nordeste apresentou um salto de 54% na comparação entre 2015 e 2014, quando os embarques haviam somado perto de 13,0 milhões de toneladas.

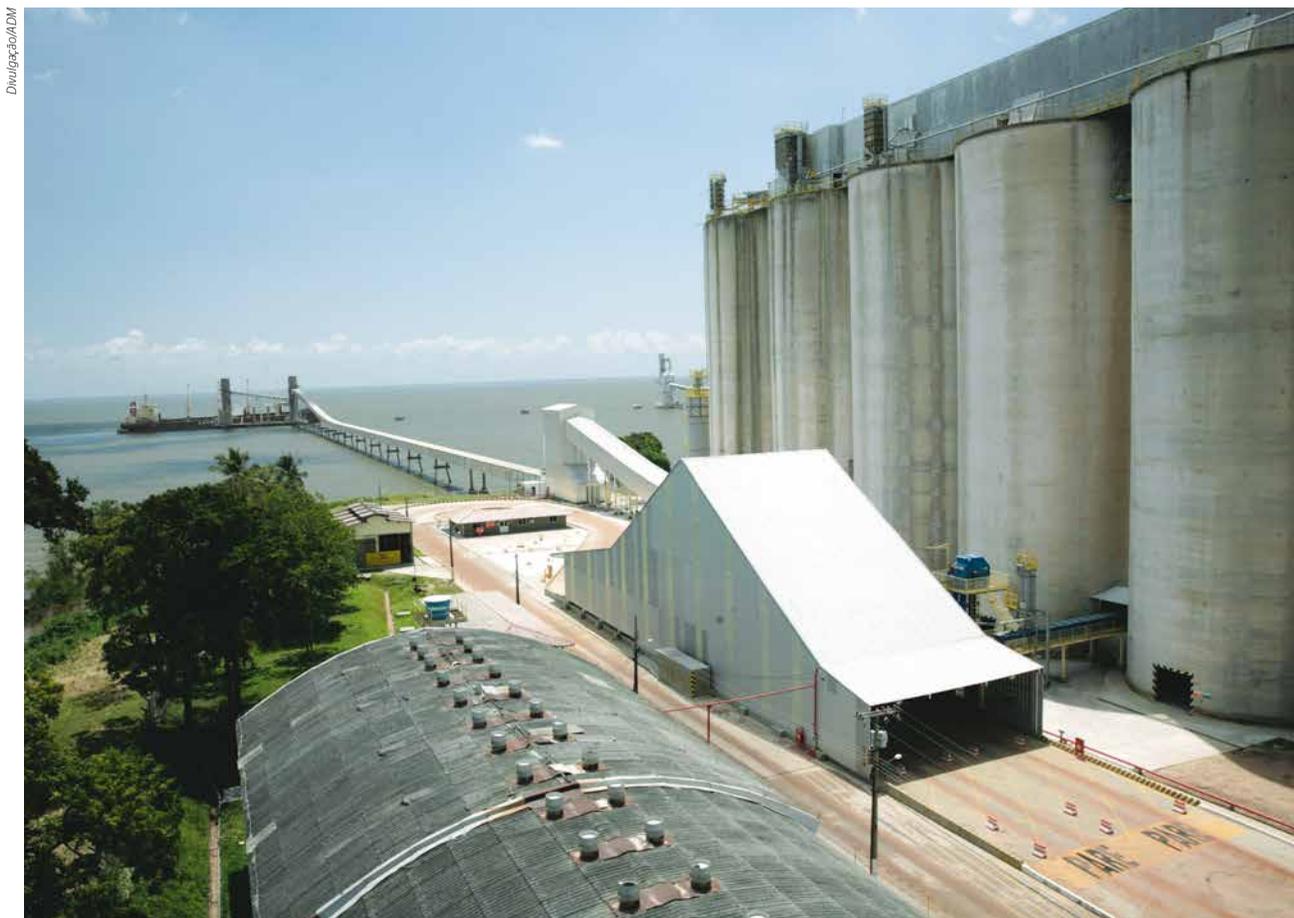
A proximidade das principais regiões produtoras do Centro-Oeste em relação ao Arco Norte, ainda de acordo com estimativas do Mapa, representa uma redução de US\$ 50 por tonelada no custo logístico em comparação com os terminais portuários do Sul e do Sudeste. Além de mais congestionados, o trajeto até aqueles portos ainda é majoritariamente transposto por caminhões, tornando o custo de frete mais elevado.

No ano passado, os portos de Santos, Vitória, Paranaguá e São Francisco do Sul concentraram 99,6% de toda a exportação goiana de soja e milho, somando 6,921 milhões de toneladas para um total embarcado de pouco menos do que 6,950 milhões de toneladas. Em 2014, as exportações daqueles mesmos grãos via Sul e Sudeste havia alcançado 6,269 milhões de toneladas ou 99,8% de uma exportação total de 6,279 milhões de toneladas de milho e soja. Pelo porto de São Luís (MA), o Estado exportou apenas 1,023 mil toneladas de soja no ano passado.

Considerando toda a exportação goiana, a concentração logística nos principais portos das regiões Sul e Sudeste – Santos (SP), Vitória (ES), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC) – tem se agravado nos últimos anos. Em volume,

aqueles portos respondiam por uma fatia entre 96,2% e 96,3% de tudo o que Goiás exportou entre 2010 e 2013. Nos dois últimos anos, no entanto, a participação avançou para algo mais próximo a 98%, o que pode ter incrementado os custos para estocar, escoar e embarcar a produção exportada. ■

■ **Terminal de grãos da ADM em Barcarena:** portos do Arco Norte já respondem por um quinto das exportações de milho e soja



Divulgação/ADM



# Caminhos para fugir da crise

■ **Fórum reunido:** governadores dos Estados da região central do País discutem projetos para alavancar a economia regional

Valter Campanato/Agência Brasil

Consórcio formado pelos governos da região central do País começa o trabalho de elaboração de projetos estratégicos e de captação de recursos

**O** Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, braço executivo do Movimento Brasil Central (MBrC), formado por Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia, começa agora uma ofensiva mais concreta em busca de caminhos para enfrentar a crise e encontrar recursos para levar adiante projetos estratégicos para o desenvolvimento da região, ao mesmo tempo fugindo da dependência da União. O mecanismo desenvolvido pelos governos daqueles Estados terá o duplo papel de formular e executar políticas públicas, podendo constituir parcerias com o setor privado e mesmo assumir diretamente a realização de obras de infraestrutura e de outros projetos de interesse da região.

Nos últimos meses de 2015 e no início deste ano, as equipes dos seis Estados estiveram ocupadas em alinhar projetos prioritários, a partir da definição de oito gran-

des áreas escolhidas como estratégicas pelos governos estaduais, incluindo agropecuária, empreendedorismo, infraestrutura e logística, educação, inovação (ciência e tecnologia), turismo e meio ambiente. O foco é o desenvolvimento de um plano comum para enfrentar as mudanças climáticas na região central do País e na definição de medidas para acelerar o trâmite dos processos de licenciamento ambiental, de acordo com o secretário de Gestão e Planejamento de Goiás, Thiago Peixoto, representante do Estado no conselho de administração do consórcio.

O passo seguinte será preparar uma série de projetos executivos com viabilidade econômica e potencial para atrair investidores, definindo na sequência a modelagem do investimento e as fontes de recursos, que poderão envolver os tesouros estaduais, a União, instituições de crédito públicas e privadas e parcerias público-privadas. “O ano passado foi de criação e consolidação do bloco por meio da criação do Consórcio Brasil Central, que está completamente criado, com registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conta em banco e sede em Brasília. Já 2016 será um ano em que as coisas devem começar a acontecer do ponto de vista mais prático”, afirma Peixoto.

De acordo com o secretário, a ocupação do consórcio passa a ser o “desenvolvimento e a implementação de projetos”. Peixoto observa que a região apresenta “forte vocação” para atividades relacionadas ao setor de logística, o que exigirá fortes investimentos em infraestrutura de transportes, armazenagem e distribuição de insumos, matérias-primas e bens acabados. O objetivo, no entanto, deverá transcender o conceito de corredores de escoamento, modelo mais convencional sugerido para as economias da região. “A proposta é agregar valor à produção local, atraindo investimentos mais robustos em indústrias. Mas, para isso, vamos precisar criar uma malha intermodal de transportes, envolvendo rodovias e ferrovias, o que tornará a economia regional mais eficiente e competitiva”, avalia Peixoto.

### Injeção de capital

Cada um dos governos dos seis Estados que compõem o Fórum de Governadores do Brasil Central, formato original da iniciativa desses governos para vencer a estagnação na economia, aportou em torno de R\$ 1,9 milhão para financiar a estruturação do consórcio interestadual.

Daqui para frente, detalha ainda Thiago Peixoto, titular da Segplan, cada projeto desenhado pela área técnica exigirá o desenvolvimento de uma engenharia financeira específica, a princípio envolvendo a criação de linhas de financiamento com direcionamento exclusivo. “Cada governo ou governos em conjunto vão buscar os recursos necessários para tornar os projetos viáveis”, acrescenta. De qualquer forma, o consórcio, presidido pelo governador Marconi Perillo, será o mecanismo principal para captação de recursos públicos e privados no Brasil e no exterior.

### OFENSIVA PARA MUDAR FCO

Suprapartidário em sua criação, o movimento surgiu como um “bloco de cooperação econômica e política” com o propósito declarado de preparar as economias dos Estados participantes para a fase pós-crise, inspirado pelo professor titular da Universidade de Harvard e então secretário-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger. Sua primeira iniciativa resultou na criação do consórcio interestadual, que assumiu as

funções executivas do bloco.

As etapas seguintes vão incluir, por exemplo, a negociação de um novo arranjo para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). “É consensual entre os governadores que o FCO não atende mais à demanda e, principalmente, aos interesses estratégicos da região. Por isso, vamos atuar no Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel) para redefinir as prioridades do FCO, para que assuma um papel mais estratégico no desenvolvimento da região”, afirma o secretário Thiago Peixoto.

O processo de análise das propostas de financiamento encaminhadas pelo setor privado ao FCO, observa Peixoto, está excessivamente centrado na avaliação do risco de crédito e de venda de serviços (como seguros, num exemplo), deixando em segundo plano critérios mais econômicos ou estratégicos. Por isso, nem sempre as propostas que mais interessam à economia regional recebem o sinal verde do FCO, sempre na visão do governo estadual.

Em outubro do ano passado, foi instalada a Frente Parlamentar Mista do Brasil Central, numa articulação con-

Humberto Silva



■ **Marconi Perillo:** governador de Goiás foi escolhido o primeiro presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central

duzida pelo deputado federal Thiago Peixoto (PSDB/GO), também titular da Segplan. A frente deverá ampliar a sustentação política do MBrC, com apoio das bancadas de cinco Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal aos projetos de interesse do bloco, além de atuar na busca de benefícios para a região.

### Agenda para 2016

Ao longo deste ano, a agenda pré-estabelecida pelo MBrC prevê reuniões em Goiás (março), Mato Grosso (abril), Tocantins (maio), Mato Grosso do Sul (junho), Brasília (agosto) e Porto Velho (setembro). O bloco espera ainda a confirmação do governador do Maranhão, Flávio Dino, convidado a integrar o movimento pelo governador Marconi Perillo. Conforme o secretário Thiago Peixoto, o chefe do governo maranhense demonstrou-se “bastante interessado” em aderir ao consórcio.

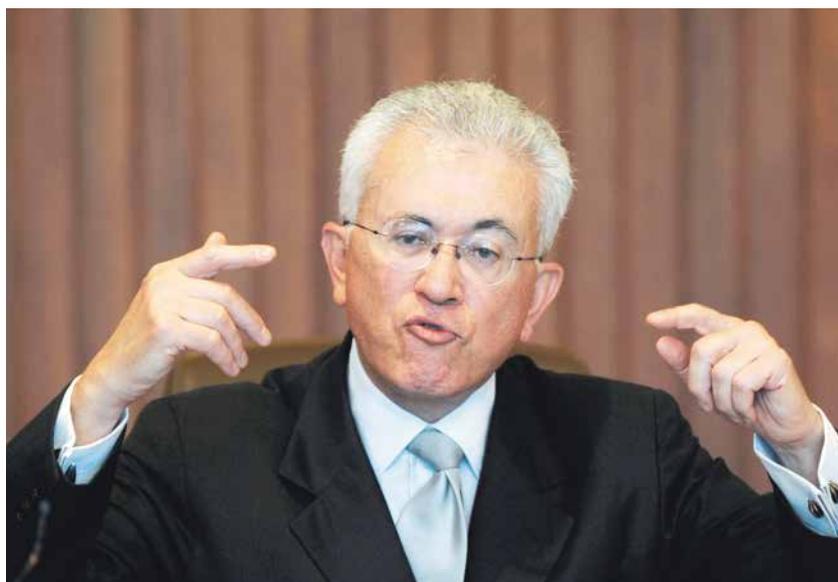


Foto: Rosevelt Pinheiro/ABR

“Caso o Maranhão dê resposta positiva, será um grande avanço para o Brasil Central, pois logisticamente teremos acesso ao porto maranhense no Oceano Atlântico pela Ferrovia Norte-Sul”, comentou Peixoto. ■

■ **Mangabeira Unger:** bloco para cooperação econômica e política nasceu sob inspiração do professor de Harvard e ex-secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência

## Movimento Brasil Central (MBrC)

### Governadores participantes



Goiás  
**Marconi Perillo**  
(PSDB)



Mato Grosso do Sul  
**Reinaldo Azambuja**  
(PSDB)



Distrito Federal  
**Rodrigo Rollemberg**  
(PSB)



Tocantins  
**Marcelo Miranda**  
(PMDB)



Mato Grosso  
**Pedro Taques**  
(PSDB)



Rondônia  
**Confúcio Moura**  
(PMDB)

### Peso político

**18** senadores  
**57** deputados federais  
**161** deputados estaduais  
**658** prefeitos  
**6.540** vereadores



# Atenção ao mercado externo

Melhora no câmbio deve criar oportunidades para retomar de forma mais agressiva as exportações de cereais matinais, espera a Alca Foods

**D**epois de enfrentar três anos consecutivos de queda no volume de vendas, a Alca Foods, fabricante goiana de cereais matinais, com sede em Itumbiara, trabalha com estratégia mais agressiva para explorar o mercado externo, reconquistar clientes e atrair novos, agregando maior qualidade aos produtos e eficiência ao processo, com ganhos de produtividade e redução de perdas. “A expectativa nossa para 2016 é de muito trabalho, porque essa é a única chance de alcançar algum avanço”, resume Roberval Martins, diretor presidente da empresa.

Líder no segmento de produtos naturais e a terceira maior no setor supermercadista, a empresa trabalha ainda no desenvolvimento de novos produtos, ao mesmo tempo em que busca consolidar a expansão iniciada há “dois ou três anos” e concluída no ano passado, de acordo com Martins. As linhas da Alca Foods tiveram sua capacidade ampliada em praticamente 40%, saindo do equivalente a 25 contêineres por semana para 35 atualmente, e a empresa passa a se concentrar, daqui para frente, na produção de resultados.

Para isso, reforça o empresário, “vamos trabalhar com foco mais forte no comércio exterior”. Em sua visão, a melhora no câmbio deve gerar oportunidades para colocar sua produção no mercado internacional, ao tornar seus produtos mais competitivos lá fora. A meta, detalha Martins, é elevar a participação das exportações no faturamento de quase 2%, percentual registrado em 2015, para 20%, de olho principalmente nos mercados das Américas Latina e Central, África e Europa.

A empresa iniciou suas exportações em 2004, marcando presença em mercados no Oriente Médio, Oceania, Ásia, África, Europa, Estados Unidos, Américas do Sul e Central. Com o dólar entre R\$ 2,20 e R\$ 2,30, algo como R\$ 3,40 a valores do final de 2015, nos cálculos de Martins, as vendas externas chegaram a representar 6% das receitas por volta de 2007 e 2008, mas veio recuando gradativamente desde então, por conta da valorização do real frente ao dólar, o que reduziu a competitividade de seus produtos no exterior.

Depois de sofrer redução de 1% e 2% no volume de vendas em 2013 e 2014, a empresa amargou no ano passado novo recuo, estimado entre 5% e 6%, com variação nominal de 4,5% para o faturamento. Isso não paralisou os investimentos. “Continuamos investindo cautelosamente, com recursos próprios, de acordo com nosso fluxo de caixa, além de manter nossos 300 empregados em Itumbiara”, observa Martins. Em novembro do ano passado, a empresa passou a trabalhar com uma linha de

granola para o mercado brasileiro. O produto, anteriormente destinado exclusivamente para exportação, será distribuído aqui dentro apenas em supermercados, o que evita a concorrência com clientes diretos da empresa.

Lançada também em 2015, uma nova linha de mingau para alimentação infantil deverá chegar com maior força ao mercado neste primeiro semestre. Até o final do primeiro trimestre, Martins espera apresentar ao mercado as barras de cereais da Alca Foods. O maquinário, com tecnologia alemã, mas produzido na China, exigiu um investimento de R\$ 2,5 milhões, fora custos de instalação, concluída no final de janeiro. ■



Planta da Alca Foods em Itumbiara: em ano difícil, empresa reforça sua aposta no mercado internacional



## Negócio bem temperado

Investimentos em modernização e nova marca ajudam a Preparo Alimentos a enfrentar a crise e a programar nova fase de expansão para o futuro

Instalada há quase duas décadas em Campos Belos, no Nordeste goiano, a Preparo Alimentos reservou os anos de 2013 e 2014 para reestruturar seu negócio e investir na modernização da operação, em parceria com o Sebrae Goiás. “Investimos na modernização do maquinário, na mudança de processos, em marketing e no desenvolvimento de uma identidade visual, com novo design”, afirma Adson de Freitas Santos, que toca a empresa com os pais, Daudite Pereira de Freitas Santos e Pedro Batista dos Santos Correia.

“O projeto foi bem ousado. Gastei muito tempo pesquisando dentro e fora da empresa, estudando cada detalhe para entender o negócio e saber qual rumo tomar”, acrescenta. As mudanças tornaram

todo o processo mais eficiente, permitindo planejar a produção de acordo com a demanda projetada, e a marca, que já era conhecida de clientes locais, ganhou visibilidade. “Dobramos nossa carteira de clientes, saindo de 9 para 18 municípios atendidos e estamos, hoje, em fase de consolidação nessas praças.”

A empresa produz temperos prontos, com base na receita desenvolvida pela mãe, dona Daudite, como é conhecida, e mantida sob sigilo. A fábrica em Campos Belos tem capacidade para 6 mil a 7 mil potes por mês, num total de cinco formulações diferentes, incluindo a tradicional com alho e sal. As demais misturas acrescentam ao sal e ao alho a pimenta-de-cheiro; coentro e cominho; coentro, cominho e pimenta-de-cheiro;

e a mais completa, com todos aqueles ingredientes e ainda pimenta-do-reino.

O investimento, num total de R\$ 11.125, dos quais em torno de R\$ 8 mil bancados pelo Programa Sebraetec e o restante com recursos próprios, deixou a empresa em melhores condições para enfrentar a crise em 2015, afirma Adson. “O mercado caiu, tivemos de reduzir o número de colaboradores de oito para dois, mas fomos favorecidos por melhor organização e planejamento de nossos processos. Estamos amortizando o investimento e esperamos que a melhor divulgação de nossa marca e o reconhecimento do mercado tragam retorno financeiro no futuro”, reforça o empresário, que antecipa uma fase de expansão mais lenta e conservadora neste ano.

Os planos da empresa, prossegue Adson, incluem estudos para o lançamento de franquias no futuro, com expansão da operação para regiões metropolitanas maiores, como capitais de Estados, a implantação de áreas próprias para a produção de alho e pimenta-de-cheiro, o que trará maior controle sobre a qualidade da matéria-prima, e a abertura de novas frentes de produção industrial. ■



■ **Antes e depois:** tradicional tempero familiar de Campos Belos ganha nova identidade visual



Silvio Smódes

■ **INOVAÇÃO E MEIO AMBIENTE /** David Fernandes e Cleide Pereira Gomes, da Coming - Indústria e Comércio de Couros, de Trindade, recebem do vice-presidente do Sicoob Engecred-GO, Argemiro Antônio Mendonça (centro), troféu e certificados como vencedores do 14º Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente, na categoria Inovação Tecnológica. Eles são autores do projeto Sustentabilidade no Gerenciamento de Lodos Oriundos de ETE de Indústria Curtumeira.

■ **TRADIÇÃO DO CAMPO /** Selas e afins usados por peões e trabalhadores no meio rural dominam a produção da Selaria Camponesa, indústria fundada no bairro de Campinas, em Goiânia, no início dos anos 90, por José Aparecido e a mulher, Aparecida Marizete. Da capital, atende demandas de Goiás e outros Estados, como Rondônia, Acre, Tocantins, Pará e Bahia. Para Marizete, além de exceções como selas cor-de-rosa ou pedidos especiais de couros mais elaborados, o setor não é dominado por modismos.



■ **COZINHAS /** Ricardo Ponce, da Oggi Cozinhas, começa o ano animado para driblar a crise com ampliação da produção da linha Provençal, de sua indústria na região Norte da capital. Com foco em Goiás e no Distrito Federal, ele oferece o "sonho de morar bem", com conforto e praticidade, por meio de ambientes planejados para residências. Parceiro de arquitetos e designers locais, o empresário já organiza, para fevereiro, evento destinado a reunir clientes e profissionais para mostrar os novos ambientes de showroom, no Setor Marista.



■ **SUSTENTABILIDADE /** Pai e filho, o diretor-presidente da Pontal Engenharia, Ricardo Mortari, e o diretor executivo, Ivo Corrêa Faria, exibem o troféu ECO 2015, maior prêmio de sustentabilidade da América Latina, que reconhece empresas nacionais e internacionais por agregar características ecologicamente sustentáveis em suas ações e projetos sociais. A cerimônia de premiação, organizada pela American Chamber of Commerce for Brazil (Amcham), foi realizada na sede da entidade, em Santo Amaro, São Paulo.



■ **COLCHÕES** / De volta ao batente, após férias de fim de ano com a família no litoral da Bahia e, depois, em Las Vegas, a empresária Luciene Ludovico de Faria (Ultraflex) inicia a produção de colchões hospitalares com costura soldável, que atendem normas do Inmetro e da Anvisa. A indústria, já com duas décadas de existência, se destaca por lançamento de linhas como Dubai e Búzios, além da vedete Taj Mahal, em látex e molas pocket.

■ **CONCRETO** / Depois de férias em Foz do Iguaçu e visita técnica à Usina de Itaipu, Alexandre Lemos Barros retoma rotina de vistorias a obras de sua indústria Mold Estruturas Pré-Fabricadas. A primeira foi a Faculdade Uni-Anhanguera, onde foi recebido pelo engenheiro João Jorge e os reitores Joveny Sebastião Candido de Oliveira e Danilo Nogueira Magalhães. No ambiente universitário, novos edifícios exibem o principal produto da empresa: grandes estruturas pré-fabricadas e lajes alveolares protendidas.



■ **QUITANDEIROS** / O empresário Rafael Vasconcelos Neves Gonçalves, da indústria de pão de queijo e biscoitos congelados Martha's, em seu casamento com Lenina Martins, recentemente, em cenário de chácara na GO-020, estrada para Bela Vista de Goiás. Empresa familiar, fundada inicialmente em Aparecida de Goiânia, em 1995, hoje é uma moderna fábrica, com 1.200 metros quadrados, instalada em Senador Canedo. Entre os insumos, queijo Minas artesanal e polvilho caipira, de fabricação própria em fazenda de Vianópolis, fazem a diferença na produção, segundo revela a fundadora e matriarca da família, dona Marta, na foto com os noivos e o marido, Carlos Gonçalves.



■ **DA ALEMANHA** / Recém-chegados da Alemanha, onde participaram da feira Heimtextil, em Frankfurt, os empresários Rafael Mesquita Cruz e Arthur de Moraes Marques, da Persiflex, concluem catálogo com novas cores e texturas da marca goiana de persianas e contam os dias para evento de premiação de arquitetos que terá como palco o Enotel, resort em Porto de Galinhas, no mês de março.

**SINDQUÍMICA**

**GESTÃO FOCADA NO LUCRO** / O Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica-GO) realizou, em dezembro, no Edifício Pedro Alves de Oliveira, a palestra *Gestão Focada no Lucro*, com o consultor empresarial Milton Rui Jaworski (foto). Associados à entidade receberam dicas sobre gestão e planejamento para otimizar os lucros das empresas, fundamentais para serem aplicadas neste momento de crise. Fundador e diretor da Jaworski Consultoria Empresarial, o palestrante é também administrador de empresas e ex-professor universitário.

**SINPROCIMENTO**

**OPORTUNIDADES NA CRISE** / Numa promoção do Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento), o workshop *É na Crise que se Cresce* apresentou ao setor inovações na área de artefatos de concreto que podem abrir oportunidades num momento de retração do mercado. Dezenas de representantes de empresas associadas à entidade assistiram à palestra de Luiz Felipe d'Ávila, fundador e presidente do Centro de Liderança Pública.

**SIMMEA**

**CONFRATERNIZAÇÃO** / O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea) realizou sua confraternização de final de ano com toda a diretoria e seus familiares, além de convidados e autoridades (foto). O evento aconteceu no salão de eventos do Sesi Jundiá. O presidente da entidade, Robson Peixoto Braga, em nome da diretoria, agradeceu o apoio da Fieg e de sua regional em Anápolis às ações do sindicato e, também, aos demais parceiros e colaboradores. "Não é uma missão fácil, mas estaremos empenhados em fazer sempre o melhor para que esta gestão esteja à altura do que nosso segmento representa e merece", afirmou.

**SINDCEL****COMITIVA DA FIEG NA VALEC** /

A operação do trecho da Ferrovia Norte Sul entre Anápolis e o porto de Itaqui, no Maranhão, foi alvo de reunião de comitiva da Fieg com a diretoria da Valec. A discussão do assunto envolveu o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra) e do Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado de Goiás (Sindcel), Célio Eustáquio de Moura, o vice-presidente da federação, Wilson de Oliveira, e coordenador técnico, Wellington Vieira. O Coinfra defendeu ainda que o edital para concessão da operação do trecho tenha carência de cinco anos.

**CARTÃO VIVA + SESI** /

As empresas associadas ao Sindcel conheceram os benefícios do Cartão Viva + Sesi, durante reunião no Edifício Pedro Alves de Oliveira. O cartão permite aos colaboradores acesso a serviços odontológicos e à compra de produtos na rede credenciada, por meio de desconto em folha. Os departamentos de recursos humanos de cada empresa serão os responsáveis por cadastrar e atualizar os dados dos empregados.

## SIMELGO

**DIRETO DOS PAMPAS /** Uma tarde de sol brindou os associados e convidados do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) na festa de confraternização realizada em dezembro no Centro de Eventos do Sesi Clube Ferreira Pacheco. Sob o tema “Simelgo nos Pampas”, mais de 200 empresários, líderes sindicais e convidados prestigiaram o evento. “Foi uma tarde muito agradável para reencontrar os amigos e colocar a conversa em dia, já que os compromissos do dia-a-dia geralmente nos privam de momentos como esse durante o ano”, disse Hélio Naves, presidente do Simelgo. O presidente da Fieg, Pedro Alves (na foto, com Naves e a esposa Nilda de Sá), prestigiou o encontro.



**PAVILHÃO EDUCACIONAL /** O Centro Técnico de Desenvolvimento de Pessoal e Gestão de Processos (Cetec), na inauguração de suas novas instalações, promovida pelo presidente da entidade, Walter Lopes Ferreira, homenageou o presidente do Simelgo, Hélio Naves, com o título de professor emérito. Ele também passou a emprestar seu nome ao Pavilhão de Educação Profissional Professor Emérito Hélio Naves, em razão dos relevantes serviços prestados na área educacional. Acompanhado da família (foto), Naves falou sobre a evolução do ensino industrial em Goiás.

## SINDUSCON-GO

**NATAL SOLIDÁRIO /** Numa parceria com o Núcleo de Proteção aos Queimados (NPQ), o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) e o Sinduscon Jovem realizaram em dezembro, no buffet infantil Trique Traque, a segunda edição do Natal Solidário (foto), com entrega de 300 brinquedos às crianças atendidas pela organização não governamental. Como parte de seu projeto de responsabilidade social, o sindicato e a indústria goiana da construção têm apoiado outras iniciativas do NPQ e, no ano passado, arrecadaram materiais de limpeza para a manutenção do núcleo, assim como de hidratantes para uso dos pacientes, vítimas de queimaduras.



## SINDICERGO

**ASSEMBLEIA GERAL /** O Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO) realizou em dezembro assembleia geral extraordinária destinada a apresentar e aprovar a previsão orçamentária da entidade para o exercício de 2016. Também constou da pauta a autorização da diretoria para a celebração dos termos aditivos às convenções coletivas de trabalho 2015/2016, junto às representações laborais. O presidente do sindicato, Laerte Simão, aproveitando a ocasião, fez um balanço positivo dos trabalhos realizados pela diretoria durante o ano.

### FIEG REGIONAL

**ENCONTRO NACIONAL /** A Fieg Regional Anápolis marcou presença na 10ª edição do Encontro Nacional da Indústria (Enai), em Brasília. O evento, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), contou com participação de cerca de 2 mil empresários de todo o País e palestrantes de renome nacional e internacional, dentre eles, o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton; o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles, o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e Armando Monteiro Neto, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Integraram a comitiva da Fieg Anápolis (foto), liderada pelo presidente Wilson de Oliveira, também presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), Heribaldo Egídio e Marçal Henrique Soares, do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Anastácios Apostolos Dagios, do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), entre outras lideranças e assessores.



**O CARRINHO DE OURO /** A indústria Café Rancheiro, sediada no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), foi uma das vencedoras da edição de 2015 do Prêmio Carrinho de Ouro, conferido pela Associação Goiana de Supermercados (foto). Na premiação, a empresa foi representada pelos seus diretores Ricardo Ander de Oliveira e Wilson de Oliveira, que também preside o Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos) e a Fieg Regional Anápolis.



### INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

**/** O presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, representando os sindicatos das indústrias e o presidente da federação, Pedro Alves de Oliveira, participou do Agenda Goiás, evento realizado pelo jornal O Popular, em parceria com o governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Gestão e Planejamento, e Sebrae-GO. A programação transcorreu durante todo o dia, no auditório Waldyr O'Dwyer, no Senai. O tema escolhido para a 8ª edição do Agenda Goiás, em Anápolis, foi Infraestrutura e Logística. De acordo com Oliveira, o programa mostrou a necessidade de consolidar investimentos estratégicos, como a Plataforma Logística, o Aeroporto de Cargas, o Centro de Convenções e a criação de novos distritos industriais, para que o município continue atraindo investidores do Brasil e de fora.



### SICMA

**FESTA TRADICIONAL** / O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) realizou, na Estância Monjolo (foto), sua tradicional festa de confraternização de final de ano, com presença dos membros da diretoria e seus familiares, colaboradores e convidados. Em tom informal, o presidente do sindicato, Anastácios Apostolos Dagios, agradeceu a todos os parceiros da entidade, aos seus familiares e familiares da diretoria e aos colaboradores pelo apoio dado ao longo do ano. Na sequência, discursaram o presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, na ocasião representando o presidente da federação, Pedro Alves, e o presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás (Faciieg), Ubiratan da Silva Lopes, também diretor do Sicma. Eles destacaram o trabalho desenvolvido pelo sindicato em prol do fortalecimento do setor.



### SINDIFARGO

**CIDADÃO APARECIDENSE** / O presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Heribaldo Egídio, recebeu o título honorífico de Cidadão Aparecidense (foto), em evento realizado no Salão de Eventos do Sesi, no Setor Village Garavelo. A proposta, apresentada na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia pelo vereador William Ludovico, teve aprovação unânime no plenário da Casa. A sessão solene foi conduzida pelo presidente do Legislativo, vereador Gustavo Mendanha, e contou com presença de diversas autoridades, dentre elas, o prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Pedro Alves, além de diretores da Fieg.

### SIVA

#### BALANÇO POSITIVO EM 2015 / O

presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva), Jair Rizzi (foto), fez um balanço positivo das ações da entidade durante o ano de 2015, destacando o bom relacionamento com o sindicato laboral e as parcerias para a realização de cursos para a formação e qualificação de mão de obra para o segmento. Além disso, Rizzi destacou a participação da entidade em diversos eventos e reuniões do Sistema Fieg e da Fieg Regional Anápolis. "Agradeço o apoio da diretoria e esperamos que, em 2016, estejamos com mais disposição para os desafios que temos pela frente", disse.



## SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

### SINPROCIMENTO

*Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás*

**Presidente:** Olavo Martins Barros  
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338  
siac@sistemafieg.org.br

### SINDIREPA

*Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás*

**Presidente:** Sílvio Inácio da Silva  
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012  
sindirepa@sistemafieg.org.br

### SINDIAREIA

*Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás*

**Presidente:** Gilberto Martins da Costa  
Fone/Fax: (62) 3224-8688  
sindiareia@sistemafieg.org.br

### SINDCEL

*Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás*

**Presidente:** Célio Eustáquio de Moura  
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696  
Sindcel.go@gmail.com

### SINDIALF

*Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás*

**Presidente:** Daniel Viana  
Fone: (62) 3223-2050

### SIAEG

*Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás*

**Presidente:** Sandra Antônio Scodro Mabel  
Fone/Fax: (62) 3224-9226  
siaeg@terra.com.br

### SINDICALCE

*Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás*

**Presidente:** Elvis Roberson Pinto  
Fone/Fax: (62) 3225-6402  
sindicalce@sistemafieg.org.br

### SININCEG

*Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás*

**Presidente:** José Antônio Vitti  
Fone/Fax: (62) 3223-6667  
sininceg@sistemafieg.org.br

### SINDICARNE

*Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins*

**Presidente:** José Magno Pato  
Fone/Fax: (62) 3229-1187 e 3212-1521  
sindcarn@terra.com.br

### SINDICURTUME

*Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás*

**Presidente:** João Essado  
Fone/Fax: (62) 3213-4900  
sindicurtume@sistemafieg.org.br

### SINDIGESSO

*Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás*

**Presidente:** José Luiz Martin Abuli  
Fone: (62) 3224-7443  
sindigesso@sistemafieg.org.br

### SINDILEITE

*Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás*

**Presidente:** Joaquim Guilherme Barbosa de Souza  
Fone (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885  
sinleite@terra.com.br

### SIMPLAGO

*Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás*

**Presidente:** Olympio José Abrão  
Fone (62) 3224-5405  
simplago@sistemafieg.org.br

### SINDIPÃO

*Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás*

**Presidente:** Luiz Gonzaga de Almeida  
Fone: (62) 8422-4022  
sindipao@sistemafieg.org.br

### SIMAGRAN

*Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás*

**Presidente:** Eliton Rodrigues Fernandes  
Telefone: (62) 3225-9889  
simagran@sistemafieg.org.br

### SINCAFÉ

*Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás*

**Presidente:** Carlos Roberto Viana  
Fone (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249  
sincafe@sistemafieg.org.br

### SINVEST

*Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás*

**Presidente:** José Divino Arruda  
Fone/Fax: (62) 3225-8933  
sinvest@sistemafieg.org.br

### SINDIBRITA

*Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF*

**Presidente:** Flávio Santana Rassi  
Fone/Fax: (62) 3213-0778  
sindibrita@sistemafieg.org.br

### SIEEG

*Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal*

**Presidente:** Domingos Sávio  
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092  
sieeg@sistemafieg.org.br

### SIGEGO

*Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás*

**Presidente:** Antônio de Sousa Almeida  
Fone (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062  
sigego@sistemafieg.org.br

### SIMELGO

*Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás*

**Presidente:** Hélio Naves  
simelgo@sistemafieg.org.br  
Fone/Fax: (62) 3224-4462  
contato@simelgo.org.br

### SINDQUÍMICA-GO

*Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás*

**Presidente:** Jaime Canedo  
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074  
sindquimica@sistemafieg.org.br

### SINDMÓVEIS

*Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás*

**Presidente:** Enoque Pimentel do Nascimento  
Fone/Fax: (62) 3224-7296  
sindmoveis@sistemafieg.org.br

### SINDTRIGO

*Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste*

**Presidente:** Sérgio Scodro  
**Presidente-Executivo:** André Lavor P. Barbosa  
Fone: (62) 3223-9703  
sindtrigo@gmail.com

## OUTROS ENDEREÇOS

### SIFAÇUCAR

*Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás*

**Presidente:** Otávio Lage de Siqueira Filho  
**Presidente-Executivo:** André Luiz Baptista Lins Rocha  
Rua C-236, nº 44 - Jardim América  
CEP 74290-130 - Goiânia - GO  
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

### SIMESGO

*Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano*

**Presidente:** Heitor de Oliveira Neto  
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal  
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO  
Fone/Fax: (64) 3623-0591  
simesgo1@hotmail.com

### SINDUSCON-GO

*Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás*

**Presidente:** Carlos Alberto de Paula Moura Júnior  
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste  
CEP 74120-110 - Goiânia - GO  
Fone: (62) 3095-5155  
contato@sinduscongoias.com.br

### SINROUPAS

*Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia*

**Presidente:** Edilson Borges de Sousa  
Rua 1137, nº 87 - Setor Marista  
CEP 74180-160 - Goiânia - GO  
Fone/Fax: (62) 3088-0877  
sinroupas@yahoo.com.br

### SIFAEG

*Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás*

**Presidente:** Otávio Lage de Siqueira Filho  
**Presidente-Executivo:** André Luiz Baptista Lins Rocha  
Rua C-236, nº 44 - Jardim América  
CEP 74290-130 - Goiânia - GO  
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045  
sifaeg@terra.com.br

### SIAGO

*Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás*

**Presidente:** José Nivaldo de Oliveira  
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno  
CEP 74210-160 - Goiânia - GO  
Fone/Fax (62) 3251-3691  
siagoarroz@hotmail.com

## SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630  
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997  
fieg.regional@sistemafieg.org.br

### SINDALIMENTOS

*Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis*

**Presidente:** Wilson de Oliveira  
sindalimentos@sistemafieg.org.br

### SICMA

*Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis*

**Presidente:** Anastácios Apostos Dagios  
sicma@sistemafieg.org.br

### SINDICER-GO

*Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás*

**Presidente:** Laerte Simão  
sindicergo@sistemafieg.org.br

### SIVA

*Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis*

**Presidente:** Jair Rizzi  
siva@sistemafieg.org.br

### SINDIFARGO

*Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás*

**Presidente:** Heribaldo Egídio  
**Presidente-Executivo:** Marçal Henrique Soares  
sindifargo@sistemafieg.org.br

### SIMMEA

*Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis*

**Presidente:** Robson Peixoto Braga  
simmea@sistemafieg.org.br

**Senhor empresário:** A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.



Na foto, o sorriso de um estagiário  
que recebeu investimento.

Agora investindo  
em outro.

#FOCO NA  
CARREIRA

Com um conteúdo específico e exclusivo, o estagiário pode se tornar um profissional diferenciado, capaz de gerar resultados estratégicos e atuar de forma ativa no ambiente organizacional. Esse é o pensamento do programa Foco na Carreira, que visa oferecer ao jovem maior qualificação, desempenho e desenvolvimento de habilidades e competências, ampliando sua visão para que se torne um grande profissional.

**Para que isso aconteça, o seu apoio é fundamental.**

Investir no estagiário é rentabilizar equipes.

Procure o IEL.

**Informações: (62) 3216-0332 / (62) 3216-0336**



# Cartão Viva +

*Mais saúde e segurança para o trabalhador.  
Mais produtividade para sua empresa.*

O Cartão Viva + é uma novidade do Sesi que facilita o acesso do trabalhador da indústria a serviços que proporcionam mais saúde e segurança.

Assim, oferece mais saúde para a família do trabalhador e maior competitividade para a indústria, com o aumento da produtividade.

**Acesse**

**[www.sesigo.org.br](http://www.sesigo.org.br)**

e leve o Cartão Viva + para a sua empresa.



Saúde e segurança no trabalho.